

ALAVOURA

FUNDADA EM 1897

ÓRGÃO OFICIAL DA SOCIEDADE NACIONAL DE AGRICULTURA E DAS
CLASSE RURAIS DO ESTADO DA GUANABARA





Previna-se contra as pragas do solo com

Aldrin[®]

Aplicue ALDRIN antes do plantio, para prevenir-se contra as pragas do solo. Além do seu alto poder inseticida, ALDRIN não transmite gosto nem cheiro às culturas. ALDRIN pode ser adquirido sob forma de concentrado emulsionável, pó molhável e pós diluídos.

NA AGRICULTURA E NA INDÚSTRIA

PRODUTOS QUÍMICOS

SHELL

A LAVOURA

ÓRGÃO DA SOCIEDADE NACIONAL DE AGRICULTURA E DAS CLASSES RURAIS DO ESTADO DA GUANABARA

FUNDADA EM 1897

ANO LXV

MAIO - JUNHO, 1962

Presidente da Sociedade
Eng. Agrônomo — LUIZ SIMÕES
LOPES

Diretor Responsável e Redator-
Secretária
LUIZ MARQUES POLIANO

Diretor Técnico
Eng.º Agrônomo KURT REPSOLD

Redator Técnico
Eng.º Agrônomo GERALDO GOU-
LART DA SILVEIRA

Chefe de Publicidade
CARLOS ALBERTO SOARES

Redação e Administração:

GENERAL JUSTO, 171
Telefone: 42-2981
Caixa Postal: 1245
RIO DE JANEIRO

Representante em S. Paulo:

NEWTON FEITOZA
RUA BOA VISTA, 245, 3.º andar
— Tel.: 33-1432 — End. Tel.:
"LINEFE." C. P. 7257
— SÃO PAULO —

Nem a redação da Revista nem a Sociedade Nacional de Agricultura são responsáveis pelos conceitos emitidos em artigos assinados

NOSSA

Capa

As grandes planícies na região centro-norte do Estado de Arkansas constituem hoje, vastas plantações de arroz, tão extensas e produtivas que se tornaram celeiro famoso em todo o país. Campos imensos, adrede preparados, são arrozais a perder de vista, culturas que recebem tratamento especial, desde a mecanização no plantio e na colheita, como a defesa constante que lhes é dada contra todas as formas de pragas.

Nas famosas pradarias de Arkansas têm sido desenvolvidas culturas de vários tipos de arroz, com grande êxito e proveito para o país. Na foto, um dos arrozais, quando ceifeira especial funcionava no corte (Foto do IPS, especial para A LAVOURA)

SUMÁRIO

	Pág.
Crise de Abastecimento	3
O Serviço Social Rural e suas atividades em 1957/61	4
Mal Antigo (Reminiscências) (Luiz Marques Poliano)	5
Associativismo Rural	6
O Clima e o Cafeeiro — Adalberto Serra	7
Avicultura	12
Ensaio de Criação de Novas Variedades Vegetais	14
A Classe Rural — Arruda Câmara	16
Reforma Agrária	22
Como Fundar um Clube Agrícola na Escola Primária — Juvenal Rocha Nogueira	26
Antônio de Arruda Câmara	28
Situação dos trabalhadores rurais no nordeste	29
Prêmio "Ennes de Souza"	32
Conselho Nacional de Reforma Agrária — Discurso do Dr. Edgard Teixeira Leite	34
Contestação e comentários às críticas do memorial da As- sociação dos abatedores de gado e frigoríficos do Brasil Central ao plano de estocagem de carne para entressa- fra de 1962	36
Problemas de Educação Florestal — Geraldo Goulart da Silveira	43
O panorama rural, as cooperativas e seu âmbito de ação — Fábio Luz Filho	45

SOCIEDADE NACIONAL DE AGRICULTURA

RECONHECIDA DE UTILIDADE PUBLICA PELA LEI N.º 3.549, DE 18 DE OUTUBRO DE 1918

Presidente Perpétuo — Dr. MIGUEL CALMON DU PIN E ALMEIDA
 Presidente Benemerito — Dr. WENCESLAU BRAZ PEREIRA GOMES

DIRETORIA GERAL

Presidente — LUIZ SIMÕES LOPES
 1.º Vice-Presidente — EDGARD TEIXEIRA LEITE
 2.º Vice-Presidente — KURT REPSOLD
 3.º Vice-Presidente —
 1.º Secretário — FREDERICO MURTINHO BRAGA
 2.º Secretário — ADAMASTOR LIMA
 3.º Secretário — JOSÉ ARISTOBULO DE CASTRO FILGUEIRAS
 4.º Secretário — GERALDO GOULART DA SILVEIRA
 1.º Tesoureiro — RAFAEL XAVIER
 2.º Tesoureiro — OTTO FRENSEL
 Secretário-Geral — LUIZ MARQUES POLIANO

DIRETORIA TÉCNICA

ALBERTO RAVACHE
 ALTINO DE AZEVEDO SODRÉ
 BEN-HUR FERREIRA RAPOSO
 ENNIO LUIZ LEITÃO

FLAVIO DA COSTA BRITTO
 OSMAR LOPES REZENDE
 JOAQUIM BERTINO DE MORAES CARVALHO
 JULIO CESAR COVELLO
 MARIO DE OLIVEIRA

CONSELHO SUPERIOR (SÓCIOS TITULARES)

CADEIRA	OCCUPANTE
1 — ENNES DE SOUZA	VAGA
2 — MOURA BRASIL	Alberto Ravache
3 — CAMPOS DA PAZ	Geraldo Goulart da Silveira
4 — BARÃO DE CAPANEMA	Kurt Repsold
5 — ANTONIO FIALHO	Luiz Marques Poliano
6 — WENCESLAU BELLO	VAGA
7 — SYLVIO RANGEL	Ennio Luiz Leitão
8 — PACHECO LEÃO	Frederico Murтинho Braga
9 — LAURO MULLER	Valentim F. Bouças
10 — MIGUEL CALMON	Heitor Grillo
11 — LYRA CASTRO	Joaquim Bertino de M. Carvalho
12 — AUGUSTO RAMOS	Edgard Telxela Leite
13 — SIMÕES LOPES	Luiz Simões Lopes
14 — EDUARDO COTRIM	Jayme Bernardes Cotrim
15 — PEDRO OZÓRIO	Paulo Simões Lopes
16 — TRAJANO MEDEIROS	VAGA
17 — PAULINO CAVALCANTI	Luiz Guimarães Junior
18 — FERNANDO COSTA	Iris Meinberg
19 — SÉRGIO DE CARVALHO	Julio Cesar Covello
20 — GUSTAVO DUTRA	Oswaldo Balarin
21 — JOSÉ TRINDADE	Ignácio Tosta Filho
22 — IGNÁCIO TOSTA	José Augusto B. de Medeiros
23 — JOSÉ SATURNINO	Fábio Luz Filho
24 — JOSÉ BONIFÁCIO	Mário Penteadado de F. e Silva
25 — LUIZ DE QUEIROZ	Francisco de Assis Iglésias
26 — CARLOS MOREIRA	Alfredo L. de Ferrelra Chaves
27 — ALBERTO SAMPAIO	Honório Monteiro Filho
28 — NAVARRO DE ANDRADE	José Carlos de Macedo Soares
29 — ALBERTO TORRES	Rômulo Cavina
30 — SÁ FORTES	Otto Frensel
31 — THEODORO PECKOLT	Rômulo Joviano
32 — RICARDO DE CARVALHO	Oswaldo Lazzarini Peckolt
33 — BARBOSA RODRIGUES	José Sampaio Fernandes
34 — GONZAGA CAMPOS	Sylvio Fróes de Abreu
35 — AMÉRICO BRAGA	José Assis Ribeiro
36 — EPAMINONDAS DE SOUZA	Moacyr Alves de Souza
37 — MELLO LEITÃO	José Carlos Hello Lisboa
38 — ARISTIDES CAIRE	Milton Freitas de Souza
39 — VITAL BRASIL	VAGA
40 — GETÓLIO VARGAS	Adamastor Lima

A SOCIEDADE NACIONAL DE AGRICULTURA participa em caráter permanente do seguintes órgãos:

Comissão Permanente de Exposições e Feiras (Ministério do Trabalho) — Dr. Alberto Ravache; Suplente, Luiz Marques Poliano; Conselho Consultivo do E. F. Central do Brasil — Dr. Altino de Azevedo Sodré; Comissão Permanente de Estradas de Rodagem — Dr. Raul David de Sansom; Instituto Brasileiro de Educação e Cultura (Ministério das Relações Exteriores) — Dr. Luiz Simões Lopes; Conselho Nacional de Aplicação dos Empréstimos Rurais — (Ministério da Fazenda) — Dr. Luiz Simões Lopes; Conselho Interamericano de Comércio e Produção — Dr. Edgard Teixeira Leite; Comissão Consultiva de Acordos Comerciais (Ministério das Relações Exteriores) — Dr. Alberto Ravache; Comissão de Política Agrária (Ministério da Agricultura) — Dr. Luiz Simões Lopes, Suplente: Alberto Ravache; Conselho do Mérito Agrícola — Luiz Simões Lopes, Suplente; Ben Hur Raposo; Conselho Regional do S.S.R. da Guanabara — Abel de Almeida; Conselho Superior de Recursos Fiscais do Estado da Guanabara — Juvenal da Silva Azevedo.

CRISE DE ABASTECIMENTO

Está a Cidade-Estado da Guanabara vivendo dias cruciais com a escassês de gêneros de primeira necessidade, básicos para a alimentação, como o feijão, o açúcar, o arroz, para não falar no leite, que só com muita dificuldade pode ser adquirido.

Trata-se de crise de produção? Ao que nos consta, e os jornais divulgam, todos esses gêneros existem em abundância nos seus centros tradicionais de origem.

Então, a razão da escassês no mercado é de outra natureza, e não será difícil desde logo atinar com ela: a falsa política de preços que se quer impor, mesmo que para tanto seja preciso usar da força.

Tabela a **Cofap** esses gêneros a preços que não cobrem o custo de produção, nem as despesas de comercialização.

Contradizem-se os órgãos oficiais nesse terreno. O departamento federal que, por lei, deveria agir dentro de um terreno mais amplo, como o seu próprio nome está a indicar, atem-se apenas ao preço, olvidando o **abastecimento**, que compreende uma série de estudos e providências, a que não tem dado a devida atenção, daí resultando que o IRGA e o IAA se põem contra a **Cofap**, numa demonstração de desordem econômica que muito depõe contra a capacidade dos dirigentes daquele organismo.

O povo fica sem saber de que lado está a razão: o produtor se retrai ante a ameaça dos preços que não lhe pagam o trabalho; o consumidor fica sem o que comer, de tudo isto se aproveitando especuladores — que os há — e a polítrique e agitadores, uma e outros sabendo bem o que querem, mas com certeza resultando para o país pelo menos a instabilidade social em que estamos envolvidos.

Como poderá o produtor de arroz vender o cereal a um preço que o próprio Banco do Brasil desmente, ao financiar o produto por mais dinheiro?

Não vêem os responsáveis pela situação que o custo de um produto decorre do que foi gasto pelos agentes da produção até a sua chegada ao consumidor?

Esse custo, que ontem era X, sofreu as alterações impostas pelo aumento do preço da mão de obra, do combustível, do adubo, da semente, do transporte e até da desvalorização galopante do cruzeiro, que também atinge ao produtor, como qualquer um obrigado a se vestir, a comer, a educar os filhos, etc.

A economia não pode ser unilateral. Ela tem de ser vista na sua íntegra, considerados todos os fatores que a compõem. Tem sido a **Cofap** a responsável por essa política parcial que, longé de atender ao povo — e o agricultor é a maior parte do povo brasileiro — o desserve, pois com o desistímulo à produção, rareia o produto; e aí funciona a regra elementar e inapelável, da oferta e da procura.

Atentem bem os responsáveis pelo abastecimento da nossa crescente população: a falta de gêneros básicos à alimentação do povo pode servir momentaneamente aos objetivos da baixa política, mas traz em seu bôjo conseqüências que serão trágicas se o método persistir, com todo o seu cortejo de agitações que só atendem ao interêsse de minorias atentas à menor falha dos responsáveis, para delas tirarem os seus condenáveis proveitos e levaram a Nação ao caos.

O Serviço Social Rural e suas atividades em 1957-1961

Criado que foi o Serviço Social Rural, a "Autarquia do homem do campo", para levar ao lavrador a assistência educacional, visando a melhoria de sua condição de vida no meio em que atua, tem o Serviço progredido no sentido de valorizá-lo, torná-lo eficiente e fixá-lo ao solo.

Desde o início de seus trabalhos o SSR vem desempenhando as suas funções, numa ordem sempre crescente, sendo grande os resultados que as zonas beneficiadas tem apresentado.

Segundo os recentes dados estatísticos fornecidos pelo Serviço de Estatística do SSR, vem esta Autarquia atuando eficientemente em tôdas as partes federativas da União.

DADOS CONCRETOS

Durante o período de 1957-1961, o SSR atuou por meio de convênios com entidades públicas e privadas, cujos trabalhos já prestados à coletividade as credenciaram para tal fim, abrangendo a dinamização dos setores mais vulneráveis dentro da área previamente determinadas.

Damos abaixo os resultados levados a efeito durante o período mencionado:

NATUREZA	CONVÊNIOS	Cr\$
Associativismo	15	81.037.400,00
Contrato de Pessoal	31	75.161.126,00
Desenvolvimento de Comunidades	62	86.237.000,00
Divulgação	7	7.790.000,00
Extensão Rural	7	38.200.000,00
Formação Pessoal-Educação	56	124.989.800,00
Pesquisas	7	19.898.000,00
Serviços Assistenciais	32	65.490.486,00
	<hr/>	<hr/>
	217	498.803.812,00

PLANO DE TRABALHO PARA 1962

Dinâmica tem sido a orientação dada à Autarquia pelo seu presidente, Dr. Oswaldo de Souza Martins, que tem imprimido rapidez ao SSR, tornando-o um órgão objetivo e realmente presente ao meio agrário do País.

Assim, o Plano de Trabalho para 1962, de acordo com a planificação de seus técnicos, pode ser tido como arrojado no que tange à educação, quer pela difusão das Escolas Radiofônicas, Escolas de Economia Rural Doméstica, como no treinamento para Socorristas Rurais, Desenvolvimento de Comunidades, Extensão Rural, Cooperativismo e bem assim na arregimentação de trabalhadores rurais em associações, etc.

Não resta, portanto, a menor dúvida de que o Serviço Social Rural atravessa nova fase, desincumbindo-se de suas tarefas e responsabilidades perante a Nação.

REMINICÊNCIAS

MAL ANTIGO

LUIZ MARQUES POLIANO

A comercialização dos produtos agrícolas, sobretudo os destinados à alimentação, constituiu sempre um problema. A produção, que deveria ser mais difícil, é atividade mais fácil em relação à colocação, pelo agricultor, dos gêneros no mercado distribuidor. E isto se explica pela organização que, de longa data, fêz dêsse comércio uma verdadeira ditadura de preços entre o produtor e o consumidor, prejudicando sempre a ambos em benefício do intermediário.

Que o mal é antigo nesta Cidade — hoje mais agravado do que ontem, dá-nos curioso exemplo uma carta do Dr. Germano Vert (14 de março de 1899!) à S.N.A. e da qual retiramos alguns trechos:

"O nosso distinto e ilustrado consócio, o Sr. Dr. João Pinheiro, a conselho nosso, plantou alguns terrenos de batata inglêsa, colhendo uns 15 mil quilos ou mais. Essas batatas, elegantemente acondicionadas em jacás, foram por êle remetidas, como amostras, ao seu correspondente nesta Cidade, que tratou de vendê-las. Depois de muita e muita procura, convenceu-se de que havia no comércio da praça, um verdadeiro convênio a respeito, de tal modo foram unânimes as ofertas".

E continúa o Dr. Vert a descrever a odisséa dos tubérculos produzidos pelo futuro Presidente do Estado de Minas Gerais:

"As condições feitas, as mais vantajosas, aliás estabeleciam: 160 réis o quilo, posto o produto no armazém, com o direito de abrir os jacás para rejeitar os tubérculos que não conviessem. O Dr. João Pinheiro mandou entregar os 30 jacás, mas declarou desde logo que renunciava a essa atividade".

Vejamos a conta de venda então apurada: o frete custou 30\$000; o intermediário cobrou 5%, restando para o produtor 100 réis por quilo, aí incluídos os jacás. Prossegue o missivista:

"As batatas forrageiras, que recebemos aqui como de mesa, greladas e, portanto, nocivas à saúde, e de péssima qualidade, custam, no pôrto de embarque, 10 centimos, dá 140 réis o quilo, independente de fretes e direitos. Se quisermos verificar e explicar, pelo prêço de venda, a depreciação do nosso produto, acharemos uma prova contraproducente. A mesma Casa que pagou, por ser gênero nacional, os 30 quilos de batatas a 4\$800, e que vende, por atacado, as batatas de Le Bigot a 17\$500 por 60 quilos, pediu-me 18\$000 pelos mesmos 60 quilos das nossas batatas em jacás, ou 9\$000 pelos 30, por ser gênero superior".

"Será — continua — honesto o comércio que ganha assim 90%, só pela comissão do primeiro intermediário?"

E termina: "Entre os 100 réis que recebe o lavrador e os 400 réis que paga o consumidor, a diferença é demasiada, tanto mais que dêses 300% a mais, apenas os 50 réis de frete, aliás exageradíssimo podem ser considerados como útilmente empregados para a nossa fortuna pública."

Como se vê, a Rua Acre já funcionava, então, com a mesma eficiência de hoje. Só que, antes, não havia o aperfeiçoamento das filas, de recente inovação.

ASSOCIATIVISMO RURAL

ASSOCIAÇÃO RURAL DO RIO NÓVO

É a seguinte a atual diretoria da Associação Rural do Rio Nôvo, no Estado de Minas Gerais.

DIRETORIA

Presidente: — Farmacêutico Mário Dias Ladeira
 Vice-Presidente: — Dr. Cristovâm Dias
 2.º Vice-Presidente: — Dr. Mário Hugó Ladeira
 1.º Secretário: — Lauro Ribeiro Pereira
 2.º Secretário: — José Aragão Ferreira
 1.º Tesoureiro: — Sebastião Villar Gomide
 2.º Tesoureiro: — Nilo Ribeiro de Paiva

CONSELHO FISCAL

Efetivos: — Francisco Borges Filho — Hildo Ribeiro de Paiva — Dr. Silviano Olympio de Araújo
 Luiz Antonio Frederico e Antonio Thomaz Pereira Júnior.
 Suplentes: — Jair de Gouvêa Lobato — Albino José Casali — José Severino de Miranda — Alvaro Cristóvão Dias e José Ribeiro Aragão.

ASSOCIAÇÃO RURAL DE CONCEIÇÃO

É a seguinte a diretoria da Associação Rural de Conceição, Estado da Paraíba, cujo mandato termina em 30-12-1963.

DIRETORIA

Presidente: — João Luiz Neto
 Vice-Presidente: — José Ferreira Furtado
 1.º Secretário: — José Alves de Souza
 2.º Secretário: — Paulino de Oliveira Braga
 1.º Tesoureiro: — Vital de Oliveira Braga
 2.º Tesoureiro: — João Batista Ferreira

COMISSÃO FISCAL

Efetivos: — Francisco de Oliveira Braga, — Pedro Vieira Neto e Nicolau Ramalho Leite.
 Suplentes: — Antonio Raimundo de Lima — Lino Man-

gueira de Figueiredo e Nicoláu Ramalho de Sá.

ASSOCIAÇÃO RURAL DE ESPERANÇA

É o seguinte a atual diretoria da Associação Rural de Esperança, do Estado da Paraíba.

DIRETORIA

Presidente: — Sebastião Ataíde Neto (reeleito)
 Vice-Presidente: — Antonio Nogueira dos Santos
 1.º Secretário: — Dr. Mário Costa
 2.º Secretário: — Dr. João de Deus de Mello
 1.º Tesoureiro: — Joaquim Pereira da Silva
 2.º Tesoureiro: — Ascendino Portela de Melo

COMISSÃO FISCAL

Efetivos: — Cícero Martoel dos Santos — Antonio Ferreira de Melo e Aluísio Lino da Costa
 Suplentes: — Joaquim Alexandre Maurício — Pedro Calor Batista e Antonio Nicoláu da Costa.

ASSOCIAÇÃO RURAL DA PRATA

Até 15-1-1963 é a seguinte diretoria que dirige os destinos da Associação Rural da Prata, Estado de Minas Gerais.

DIRETORIA

Presidente: — Manoel Carlos da Silva
 Vice-Presidente: — José de Gouveia Vilela
 1.º Secretário: — Cid Pádua Vilela
 2.º Secretário: — Hermês Teodoro dos Reis
 1.º Tesoureiro: — Antonio Alves Vilela
 2.º Tesoureiro: — Genésio Rezende Pádua

COMISSÃO FISCAL

Efetivos: — Elias Queiroz Vieira — Pedro Carvalho Bernardes e Jerônimo Junqueira Rezende
 Suplentes: — João Rezende Pádua — Sinibaldo Alves

ADUBOS VIANNA

Formulas para todas as lavouras

ARTHUR VIANNA CIA. DE MATERIAIS AGRÍCOLAS

Caixa Postal, 3572 — Endereço Telegráfico: "SALITRE" — RIO DE JANEIRO

O CLIMA E O CAFEIEIRO

Adalberto Serra

No estudo que segue tentaremos determinar, com base nos dados climáticos, as zonas mais favoráveis à obtenção de cafés finos. Estes, como veremos, não podem ser conseguidos apenas mediante cuidados especiais, exigindo pelo contrário uma colaboração decisiva do meio ambiente.

A pesquisa ficou restrita às regiões produtoras de São Paulo, Minas, Espírito Santo e Estado do Rio, analisadas mediante o traçado de 48 mapas climáticos, sintetizados por fim em 24 cartas ecológicas, únicas que foram publicadas.

Começamos pela influência da temperatura — Para a espécie "coffea arabica", cultivada no Brasil e que produz a melhor bebida, de gosto característico, a isoterma do mês mais quente" deve ser inferior a 25°, apresentando-se como ótimos os valores em torno a 23° (Mogiânia); o sueste de S. Paulo já é frio (22°) e o E. do Rio muito quente (26°).

Tomamos assim, como limites ótimos (e) as temperaturas de 22 a 24°, sendo fria (F) a faixa inferior a 22° e quente (Q) a de 24° a 26°. Acima deste valor não será aconselhável cultivar a rubiacéa.

Novo limite ficará traçado pela frequência da geada, convindo aproveitar a isolinha de 10 dias por ano.

Como é público, grandes prejuízos o fenômeno tem acarretado no Nordeste do Paraná, embora os lucros auferidos em anos mais quentes. Note-se que geadas leves pouco afetam as plantações, e que já explicamos em trabalho anterior (Previsão de Geada).

Determinadas as zonas mais próprias, vejamos a época de plantação. O cafeeiro é uma árvore de 3 a 4 metros de altura, que exige solo profundo, dadas suas longas raízes, melhor produzindo na famosa "terra roxa". Para bons resultados, deve o plantio ser feito de agosto a outubro, quando a temperatura já se encontra em elevação, e as chuvas de verão começam a surgir.

Claro está que a melhor área para cultivo deverá ser escolhida pela gran ejo solo ou dos fatores micro-climáticos, ambos excluídos do presente estudo, baseado so-

mente no conceito clássico e geral de Clima.

Este porém domina de tal forma, que mesmo terras cansadas, mas em zona adequada, poderão, se devidamente tratadas, dar melhor produção que zonas mais novas, como o Noroeste de S. Paulo, onde o forte calor logo acarreta a queda de rendimento, Camargo, por ex.: recomenda intensificar o cultivo sobretudo nos vales do Paraíba e Paranapanema, para a devida obtenção de cafés finos.

Num estudo inédito Velasco estabeleceu 4 zonas cafeeiras principais, a saber:

A — Nordeste de S. Paulo, sul e centro de Minas, considerada a melhor região, com temperatura de 23° em fevereiro (café da Mogiânia, zona velha).

B — Noroeste de S. Paulo e sul de M. Grosso — mais quente (25° em fevereiro) e de produto inferior (café da Noroeste), embora com maior rendimento devido à exploração mais recente.

As chuvas do inverno aí prejudicam a secagem e a colheita, e quanto o menor total-pulviométrico do verão retarda a frutificação. Trata-se de uma área onde o sombreamento se impõe.

C — Sueste de S. Paulo, exceto o litoral, com temperatura menor (22° em janeiro), mas que as chuvas e o frio verificados na colheita tornam inferior à da Mogiânia, embora superior à Noroeste, de tudo resultando geralmente a decadência do cafeeiro.

D — E. do Rio e Espírito Santo, onde o calor de verão e as chuvas do inverno estragam a produção, sempre de baixa qualidade, esta mais agravada pela secagem no pé, sob chuvas.

Como se depreende dos mapas por nós organizados, tal divisão é por demais geral, mas de qualquer modo, tôdas as zonas apresentam as mesmas épocas de desenvolvimento, a saber:

Floração — Setembro e outubro.
Frutificação. — Outubro a março.
Maturação — Fevereiro a junho.
Colheita — Maio a setembro.

Confirmando a imprecisão das 4 zonas, verifica-se que a região A abrange em Minas temperaturas de 21° a 25°, e em S. Paulo de 22° a 24°. A zona B compreende isotermas de 22° a 26°, e C

de 21° a 24°. Por fim, D corresponde a valores 22° a 26°.

Passemos agora à delimitação das faixas mais convenientes às várias fases evolutivas, com base nas cartas climáticas previamente traçadas.

Floração — dada a forte necessidade de água antes e durante esta fase, serão mais beneficiadas as culturas de regiões com "maior precipitação" em setembro e outubro. Dêsse modo as isolinhas da "altura de chuva" e "número de dias chuvosos" nestes dois meses nos permitiram delinear a zona favorável à floração, dando-se como "boa" a de chuva superior a 200 mm, "regular" de 150 a 200 mm e "ma" abaixo de 150 mm.

Quanto aos dias de chuva adotamos como boa a faixa acima de 20 dias em S. Paulo e Minas, ou 25 dias no E. do Rio; regular, de 15 a 20 dias nos primeiros Estados, e de 20 a 25 no último. Há a floração com menos de 15 ou 20 dias chuvosos, respectivamente.

5 — Frutificação — Os requisitos principais são ainda fortes chuvas de outubro a março, e temperatura baixa de 23° no mês mais quente.

Assim as cartas de precipitação total e número de dias chuvosos naquele período de 6 meses delimitação, pelos seus valores máximos, as zonas de melhor frutificação. Onde contudo a temperatura em janeiro ou fevereiro permanecer acima de 23° será aconselhável o sombreamento, de preferência pelo irgazeiro (faixa quente, Q dos mapas).

Como tal prática não é comum entre nós, convirá determinar as regiões de sombra natural pelo maior número de dias encobertos (outubro e março). Isto não foi feito nos mapas, por nos ter parecido mais conveniente estudar a temperatura já foi considerada, delimitamos como "boas" as regiões acima de 1000 mm ou de 90 dias chuvosos; regulares de 900-1000 mm ou de 80 a 90 dias, e mas abaixo de 900 mm ou de 80 dias, tudo para a frutificação.

7 — Maturação — Nesta fase aparece a contradição citada por Camargo, entre as condições climáticas favoráveis ao cafeeiro e as quase opostas, que permitem a obtenção de cafés finos.

A rubiácea produz melhor com céu nublado, alta unidade e fraca insolação, os frutos amadurecendo sob chuvas constantes, como na Mogiana. Isto porque o Sol forte não permite a maturação lenta que conserva a "cereja" no galho pelo prazo conveniente de dois meses, como ocorre no sombreamento. Tal maturação demorada irá permitir também uma colheita lenta.

Contudo, o ataque contínuo na café amadurecido em tais condições de "bom rendimento" a "catinga" própria daquela flora, resultando em cafés "duros", tipo Rio, colhidos sobretudo nos vales úmidos.

A pesquisa das faixas mais convenientes à produção "quantitativa" foi feita delimitando nos mapas de período fevereiro a junho a maior chuva, o maior número de dias encobertos (sombreamento natural), a menor insolação e mesmo o maior número de dias de orvalho, que não foi porém considerado. E isto porque sob forte insolação o fruto não atinge a forma de cereja, ficando em poucos dias seco (côco ou boia).

Aparece agora, entretanto, a contradição já apontada: as zonas onde o clima favorece a produção, de cafés finos são justamente as mais hostis ao cafeeiro. Isto, porque os cafés moles serão obtidos em condições de pouca chuva e baixa umidade no período fevereiro a junho, como ocorre na Mogiana (o melhor produto do Brasil). As folhas ficam amarelas e o fruto é mirrado, mas mole, pois não atacado pela flora microbiana local. Serão porém tais regiões climáticas menos favoráveis ao cafeeiro, a cultura acaba por se tornar pouco rendosa, mau grado e maior preço obtido. Camargo recomenda sobretudo os espigões altos, ensolarados, de maior exposição ao calor, e contudo menor temperatura mínima (noites frias) como bons produtores de "nostoc" ou "melado", café estritamente mole. Pelo contrário, espigões ventosos frios produzem cafés duros.

Nestas condições cumpre-nos acrescentar à determinação antes feita das melhores zonas de maturação novo estudo, baseado nos mapas de precipitação e umidade relativos ao período fevereiro a junho, das regiões que apresentam menores valores de ambos os elementos, consideradas favoráveis aos cafés finos. Segunda delimitação ainda será feita mediante os dados de maior insolação e menor temperatura mínima, esta aliás não considerada por acompanhar de parte

as chuvas de nível, com menores valores nas serras.

Camargo acentua aliás que o clima, e não o solo, governa a qualidade, e que o sombreamento natural existe sobretudo nos vales encobertos do Paraíba e Paranaíba, como em Ourinhos.

Foram assim delimitadas as zonas favoráveis tanto à produção, como à qualidade, e que como vimos não coincidem. A melhor produção "quantitativa" foi estimada com chuva acima de 600 mm e número de dias chuvosos superior a 60 no E. do Rio, ou 50 nos demais Estados; igualmente com número de dias encobertos superior a 50 (porém 55 no E. do Rio). Tais dados correspondem à faixa de boa maturação.

A zona regular corresponderá à precipitação 500-600 mm e número de dias chuvosos ou encobertos 50-55 (E. do Rio), mas 40-50 nos demais Estados. A produção má corresponde à chuva 400-500 mm ou 40-50 dias chuvosos (E. do Rio) mas 30-40 nas outras regiões, e número de dias encobertos sendo idêntico.

Para a insolação tomamos como limite máximo da boa maturação 850 horas no E. do Rio e 900 horas em São Paulo e Minas. A faixa 900-1000 horas permite maturação regular, sendo considerada má a de insolação acima de 1000 horas.

Contudo, quanto à qualidade, a insolação deverá ser máxima, e desse modo os cafés moles correspondam a valores acima de 1050 horas em Minas e S. Paulo, e que não ocorrem no E. do Rio.

Quanto à chuva e umidade de-

vem ser mínimas para produzir cafés finos, sendo pois de qualidade bem mole as faixas 400-500 mm de chuva, com umidade inferior a 75%, já mais duras de 75 a 78% e muito duras acima de 78%, tudo em Minas e S. Paulo, só a última faixa existindo aliás no E. do Rio.

7 — Colheita — Para esta operação, que se entenderá de maio a setembro determinamos como zonas boas as que apresentam naquele período os menores valores de umidade, temperatura, total de chuva e número de dias chuvosos. Isto porque uma excelente colheita será obtida com tempo frio e seco, de escassas precipitações (Magiana). Os frutos se apresentam pequenos mas pouco atacados pela flora microbiana, resultando em cafés moles, de bom cheiro. Já chuvas constantes e umidade elevada nesta época dão ao café a "catinga" Rio.

Se além disso alternarem dias claros e encobertos, os grãos se tornam pretos e ardidos, da colheita nada se aproveitando, pois fica tudo no chão. Tais zonas desfavoráveis são definidos pelo maior total conjunto de dias claros e encobertos, de maio a setembro.

Os critérios escolhidos permitiram-nos assim delinear pela fusão de certas as regiões de colheita boa, regular e má, sendo desnecessário descer a detalhes.

Diz Velasco que as condições de colheita são em geral desfavoráveis no Noroeste de S. Paulo, dada a acentuada pluviosidade do inverno, que dificulta a secagem. O produto resulta assim pior que o da Magiana, o mesmo ocorrendo com o colhido no sueste do Estado, na verdade mais frio, porém chuvoso.

No litoral do E. Santo também os aguaceiros do inverno molham o fruto no pé, resultando em cafés baixos.

A secagem no chão, mesmo protegida contra a chuva, que não impede a umidade elevada, produz a catinga Rio, dos vales úmidos. Para tanto contribui a derrida feita nas árvores, caindo os frutos secos ao chão, contrariamente à colheita lenta e manual que deveria ser executada, como ocorre na Colômbia.

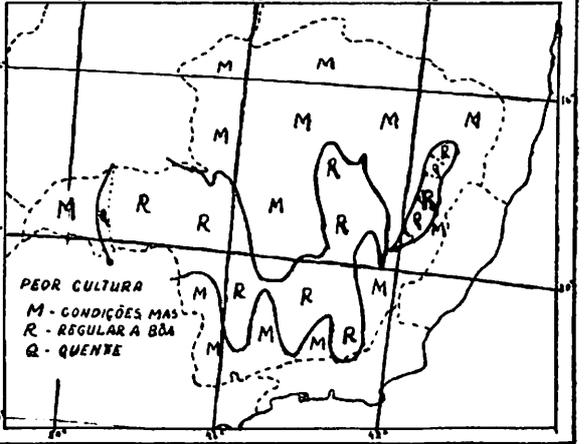
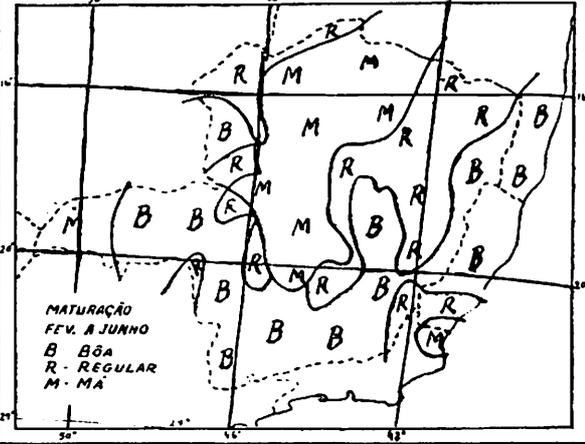
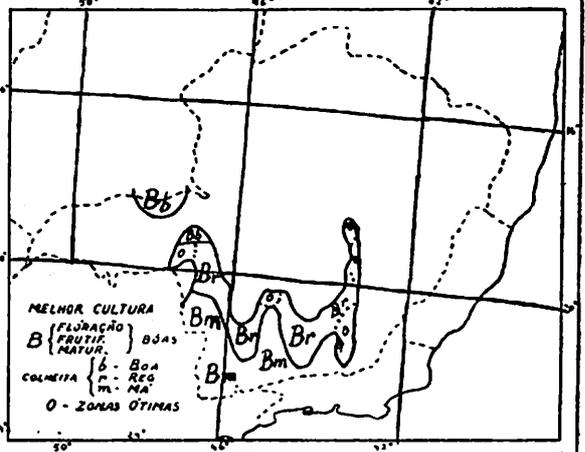
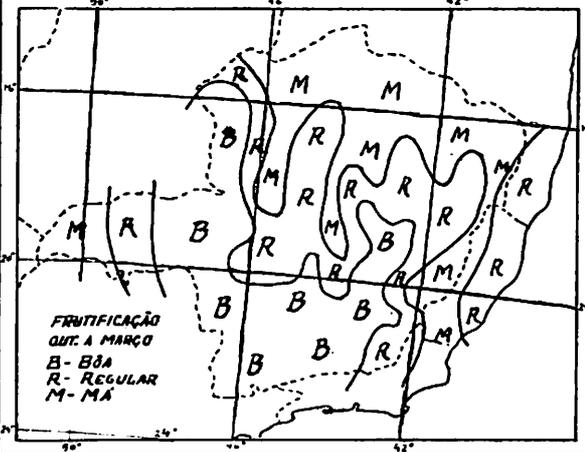
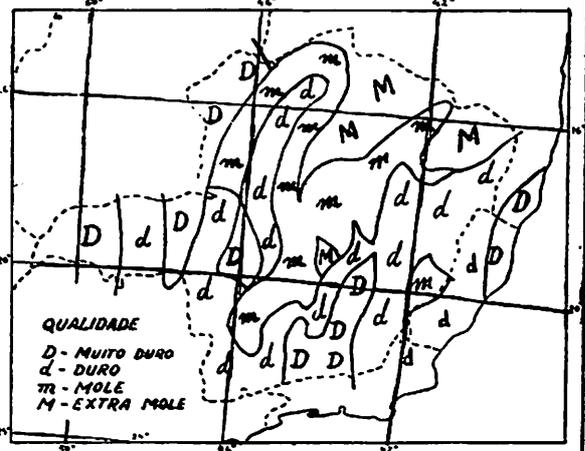
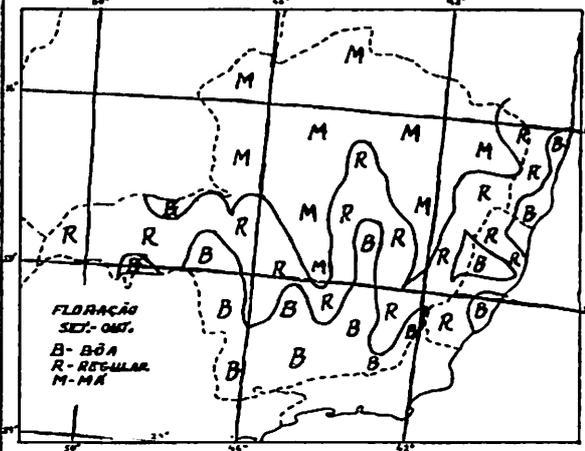
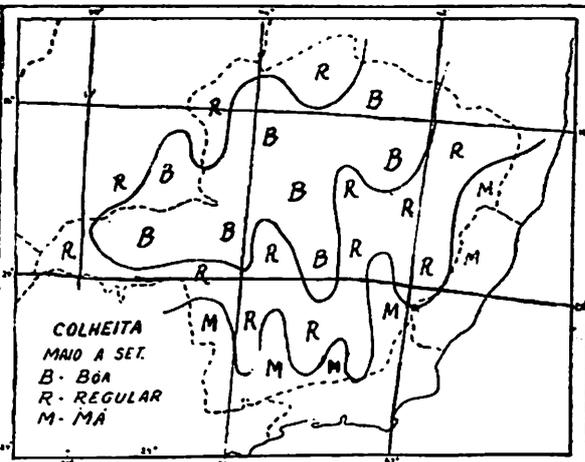
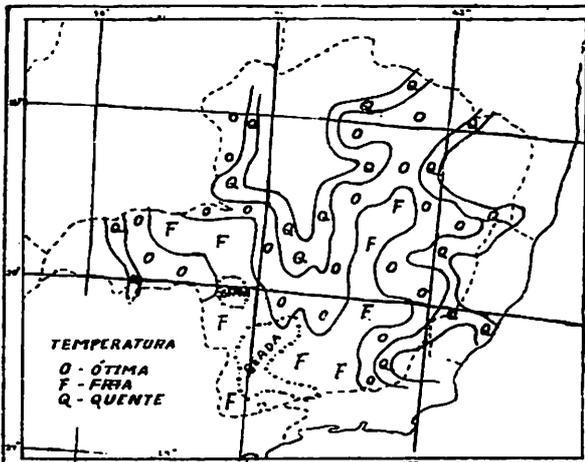
Nos três grupos de mapas anexos delinhamos claramente as zonas mais favoráveis nas quatro fases evolutivas, bem como as de cafés finos e baixos, de cultura boa ou confrontar tais resultados com os verificados na prática, e possivelmente aproveitá-los na política do café.

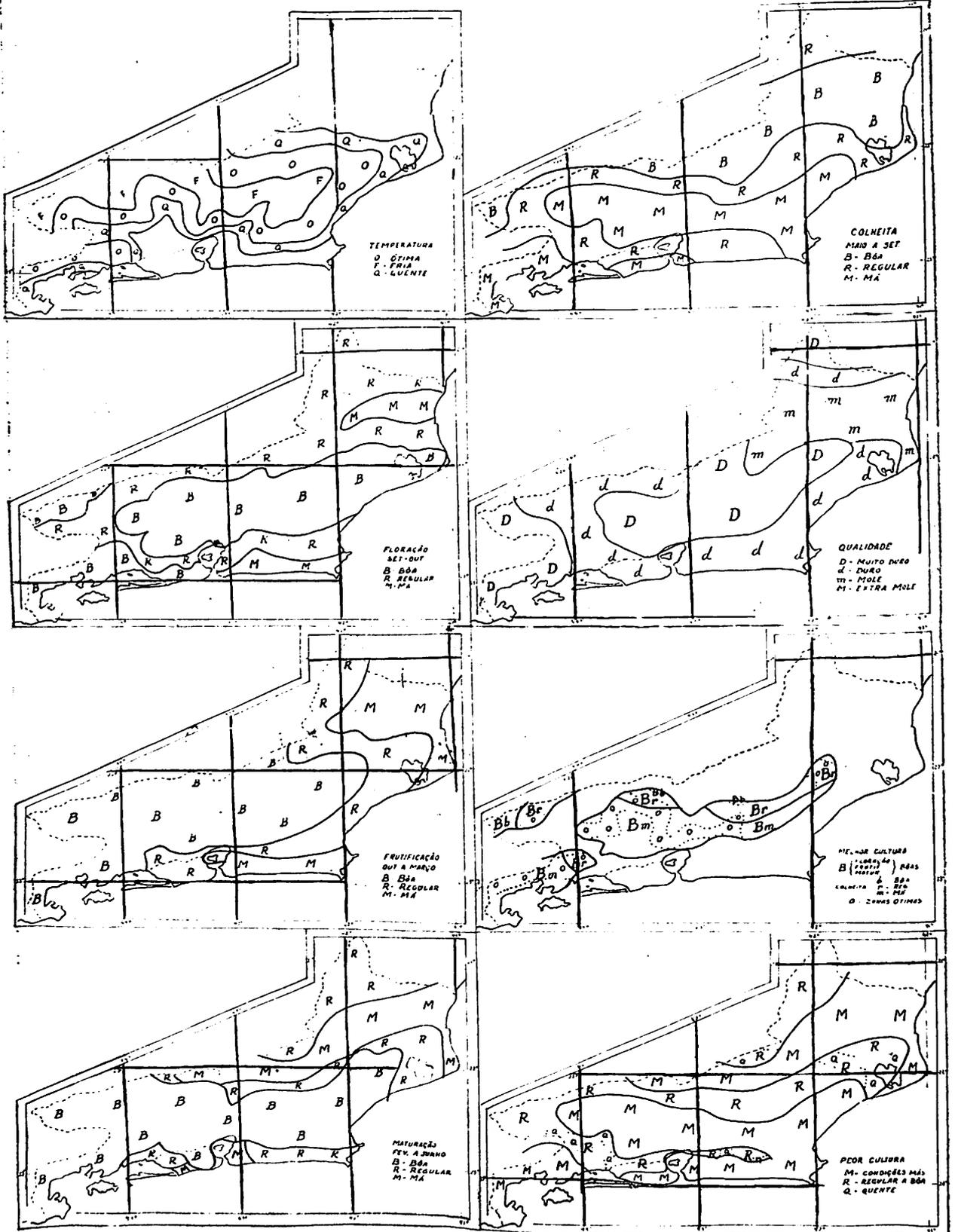
“ A LAVOURA ”

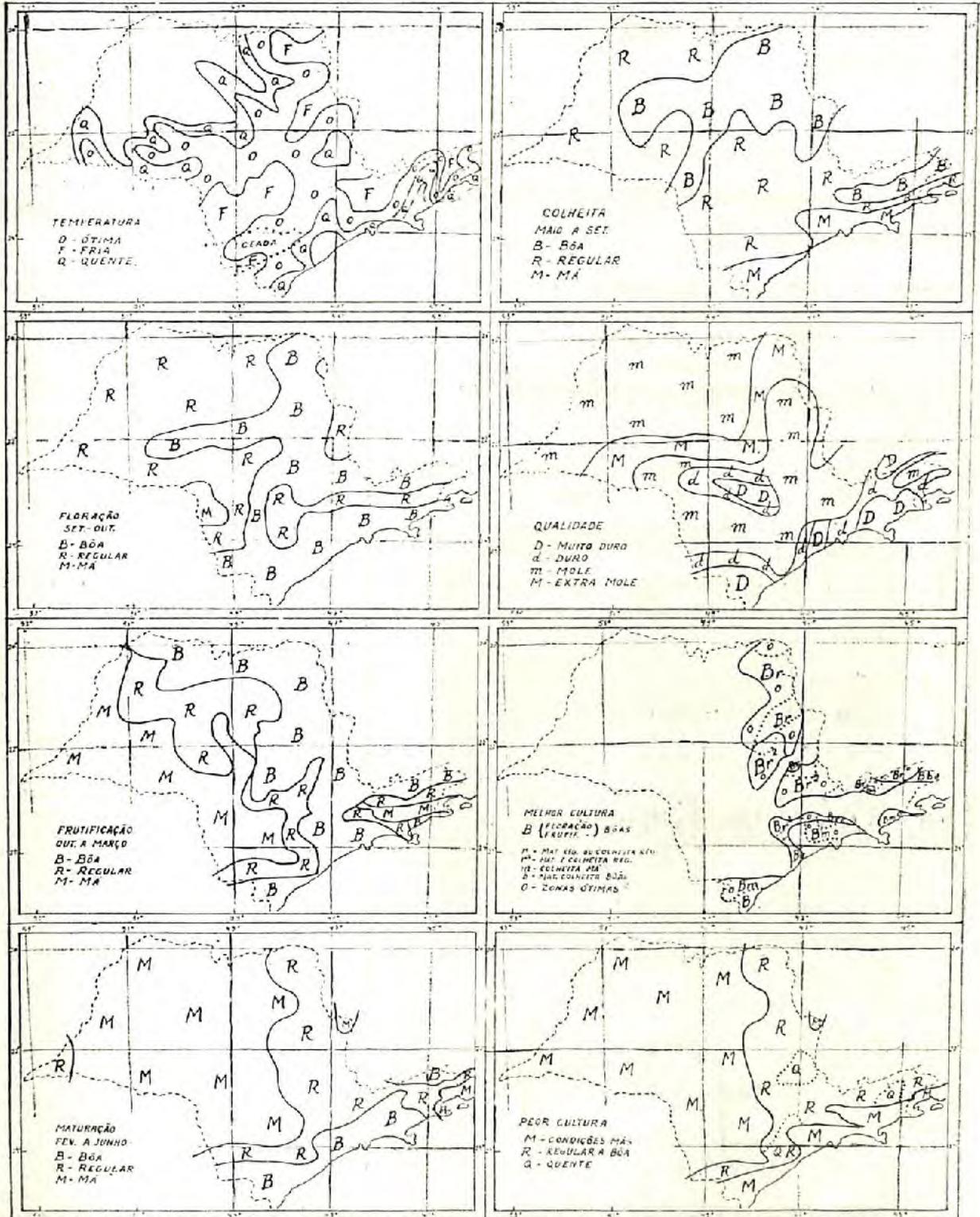
65 ANOS

DE

CIRCULAÇÃO







AVICULTURA

DROGAS NAS RAÇÕES E O CRESCIMENTO OS ANTIBIÓTICOS

Cícero Neiva

Senhor Avicultor:

Sómente a vacinação preventiva pode evitar que a Doença de New Castle acabe com as suas aves.

Vacine já

VACINA NEWCASTLE RHODIA

- 1.º Máxima facilidade na vacinação: emprega-se simplesmente, na água de beber. Pode ser utilizada, também, em injeções intramusculares.
- 2.º Liofilizada (seca).
- 3.º De eficiência comprovada (testada rigorosamente antes de ser posta à venda).
- 4.º Não contamina.

... e lembre-se:

Qualidade também é Economia!

Peça folhetos e informações à

Cia. Química Rhodia Brasileira

Agência do Rio de Janeiro
AV. PRESIDENTE VARGAS, 309-5.º ANDAR
TEL. 52-9955 — CAIXA POSTAL 904
RIO DE JANEIRO



A marca de confiança

TAMBÉM A SERVIÇO DA PECUÁRIA



THUYA SIMÕES

Medicação preventiva e curativa das pipocas (ou caroços) dos pintos e aves adultas

À venda à

RUA DO MATOSO, 33 - RIO
Para o interior enviamos
pelo reembolso postal

Na alimentação dos animais domésticos, para engorda mais rápida, empregam-se determinadas substâncias, elementos estranhos aos regimes alimentares normais. Nesse capítulo de nutrição animal muito se tem feito para obtenção de combinações de forragens eficientes e capazes de maiores rendimentos de peso, e, conseqüentemente, de produção maior. Dispõe a ciência de cabedal, sempre renovado, de conhecimentos, estes, cada vez mais úteis e proveitosos.

O estímulo ao crescimento e o peso de animais, produzido por certas substâncias que suplementam as rações, observa-se entre aves (pintos, peruzinhos), leitões, bezerros e em animais de laboratório.

A engorda provocada limita-se ao período normal de crescimento da idade nova. Conseqüentes dos elementos adicionados, saltam-se o apetite aumentado e o consumo maior de alimento. Referem-se os investigadores à ação de poupar que vários antibióticos, introduzidos nas rações, efetuam em proteínas, aminoácidos e vitaminas. Assunto aceito por alguns, combatido por outros, permanece, ao entulho, quase desconhecido por completo necessitando esclarecimento integral.

Foi estudando a alimentação de aves e de suínos, constituída, to-

da ela, de vegetais, que alguns pesquisadores estadunidenses concluíram pela existência de um fator allás não encontrado naquela alimentação. Apresentavam-se os animais, quase sempre, com deficiências nutritivas, muito embora arraçoados com proteínas, minerais e vitaminas; isto porque era deficitário o regime alimentar em elementos de origem animal. Seria a ausência do fator de proteína animal (APF), também chamado fator de crescimento de pintos e de incubação. Pouco tempo depois, desvendou a ciência, com a descoberta da vitamina B12, o fator necessário à incubação e ao crescimento de pintos, até então representado por APF.

Em outras experiências realizadas com aves e suínos, ficou demonstrado que alimentos vegetais, quando suplementados de produtos animais, fornecem não apenas a vitamina B12, como, ainda, três fatores não identificados e necessários ao crescimento de pintos e de leitões.

A vitamina B12 é sintetizada, pelos ruminantes, através da fermentação bacteriana processada no rúmen dos poligástricos. E no meio intestinal de outros animais, igualmente, se encontra aquela vitamina. Em estado natural, as porções existentes no tubo intestinal de uns como de outros, não bastam para as exigências orgânicas individuais; daí ser imprescindível a suplementação de alimentos com farinha de peixe, farinha de carne, tanagem, subprodutos do leite etc., fontes de vitaminas B12. Como esta vitamina pode ser sintetizada por numerosos germes, e, entre estes, microrganismos produtores de antibióticos, possível será obter o fator a partir de resíduos da fabricação de penicilina, de clostraciclina, de oxitetraciclina, de bacitracina e de outros antibióticos. Nesses resíduos líquidos de fermentação (licores), conseguem-se até duas gramas de vitamina B12 por tonelada. Mas as doses desta vitamina, necessária ao desenvolvimento dos animais vivos, orçam por microgramas, isto, é, por milésimos de miligramas.

Explicam Maynard & Leach como agem os antibióticos quando adicionados às rações dos animais, pela atividade condicionada a duas maneiras adiante especificadas. I — Por seleção sobre microrganismos patogênicos ou não, controlando-os, e, bem assim, aos produtos desses germes existentes no tubo intestinal ou nos locais onde vi-

Kó-Kó-Ró-Kó

C O R I Z A

G O S M A

E

G O G O

MODO DE USAR



Aves adultas: de 2 a 3 colheres de sopa no bebedouro como preventivo — Para aves pequenas a metade da dose. — Nos casos mais graves aplique diretamente no bico uma colher de café, de Kó-Kó-Ró-Kó — Registrado no DDSA 6929/58.

PAULO STEFANINI

Indústria de Produtos Agro-Pecuários

RUA DO MATOSO, 246-A — TELEFONE: 34-7367

RIO DE JANEIRO — ESTADO DA GUANABARA

avevita

Rações
balanceadas
e prensadas!



A MELHOR PARA A AVICULTURA

Moinho Fluminense S.A.
Fundado em 1857

RIO: RUA URUGUAIANA, 118 - LOJA - C. P. 1350 - TEL. 43-3006
S. PAULO: RUA BOA VISTA, 314 - 4.º - C. P. 800 - TEL. 33-3164
B. HORIZONTE: AV. DOS ANDRADAS, 841 - C. P. 143 - TEL. 2-5652
CAMPINAS: REP. MERCANTIL TREMARGO - R. DUQUE DE CAXIAS, 153

e na sua cidade, procure o nosso representante

Div. Litter 9/27

vem os animais. Assim se compreende porque pintos, mantidos em abrigos higiênicos, novos, não respondem aos antibióticos, e crescem mais uniformemente que pintos encarcerados em abrigos usados repetidas vezes. O estímulo ao crescer resultaria: a) da ação favorecedora dos antibióticos sobre bactérias intestinais, que sintetizam nutrientes necessários a maiores crescimentos de animais jovens; b) do controle de germes, que concorrem com o hospedeiro, na utilização de vitaminas, de aminoácidos ou de outros nutrientes; c) do controle de microrganismos, que reduzem a utilidade de qualquer nutriente. A aparente ação de poupar, citada para alguns aminoácidos, vem em apoio desta teoria. II — É possível, também, que os antibióticos exerçam ação direta sobre o organismo animal.

EMPREGO DE ANTIBIÓTICOS

Em leitões, recomendam-se, por quilo de ração, 10 mg de clortetraciclina, de oxitetraciclina ou de penicilina procainica. Nas experiências de Hanson et al., os suínos recebiam essa suplementação até poucos dias antes da matança porque havia diminuição no peso dos animais, quando, ao atingirem 70 kg, eram os antibióticos retirados das rações. Catron et al., para a clortetraciclina em suínos, indicaram as seguintes proporções de proteína vegetal: 16% para leitões desmamados, até 30 kg; de mais de 30 até 70 kg, 13%; e, acima deste peso, 10%. O antibiótico adicionado na dose de 10-20 mg p/kg de ração.

Aos bezerros, p/kg de alimentos cereais, 20-30 mg de penicilina, de tetraciclina ou de oxitetraciclina; também 10 mg, no leite, diariamente. Há variações com estas últimas, eficazes em alguns, ineficazes em outros. Variáveis, ainda, em ação, a penicilina, a cloromicetina e a bacitracina. A suplementação antibiótica deve ser administrada aos bezerros entre as 7 primeiras semanas e os 4 meses de vida, quando apresenta maior eficiência; aos 6 meses de idade poucos serão os resultados obtidos em bovinos.

Em pintos e peruzinhos, 5-10 mg de penicilina p/kg de ração se mostram muito eficientes; igualmente eficazes a clortetraciclina e a oxitetraciclina, nas doses de 10 mg p/kg de ração.

ENSAIOS DE CRIAÇÃO DE NOVAS VARIEDADES VEGETAIS

A criação de novas variedades de batata na Holanda é um assunto que faz progressos sem ruído. Só em determinados momentos, tais como por exemplo o dia da comemoração do nascimento de Geert Veenhuizen, pioneiro dos criadores holandeses de novas variedades, ou a classificação de uma ou mais variedades do novo catálogo descritivo de variedades, chamam a atenção do público para este ramo da agricultura holandesa que se ocupa do melhoramento das plantas. Atualmente há um desenvolvimento que, para o futuro, pode ser de grande importância.

Um dos criadores holandeses, já desde há anos, está dedicando atenção especial à criação de variedades que nas zonas temperadas poderiam ser consideradas como batatas de segunda cultura. Já foram feitos ensaios em que as chamadas batatas de cultura de outono são plantadas quando, no verão, a ceifa do centeio se acabou, quer dizer, na última quinzena de julho. Estas novas variedades que ainda estão completamente na fase experimental e que, por enquanto, não serão reconhecidas como variedades da prática deram como segunda cultura, depois do centeio, rendimentos que variam entre 22 e 26 toneladas por hectare. Foram plantadas nas terras arenosas e resultaram ser praticamente insensíveis à fitófoma. Antes de começarem as geadas, foram arrancadas.

A fim de comprovar se uma época de plantação de algumas semanas mais cedo ainda poderá dar resultados mais favoráveis, serão plantadas, estas, assim chamadas, batatas de restolhal, em campos onde havia cevada de inverno. O fato é que na Holanda a ceifa da cevada tem lugar pouco tempo antes da do centeio.

Recentemente, umas 50 destas novas variedades foram entregues para o exame de verificação da presença do cancro da batata. Se resultarem ser insensíveis ao cancro, poderão ser feitos novos ensaios com elas, havendo então boa possibilidade da sua aplicação na prática.

Também sob outro aspecto estas novas batatas são interessantes. O caso é que constituem plantas de curto dia e não se exclui a possibilidade de darem rendimentos excelentes em regiões situadas a pouca distância do equador. Estas plantas já foram ensaiadas com êxito em regiões com dia curto.

Naturalmente o criador ainda não alcançou o momento de poder entregar as suas variedades à prática. No caso mais favorável os ensaios ainda levarão alguns anos.

O fato, porém, de dispor um criador holandês deste novo material, pareceu-nos bastante importante, tanto mais que os últimos resultados desta criação prometem rendimentos mais altos.

PRORROGAÇÃO DE PRAZO

Foi prorrogado, em caráter excepcional, até ulterior deliberação, o prazo para exigência de atestados a que se refere o artigo 3.º do Decreto n.º 51.409, de 13 de fevereiro do corrente ano, objeto de transações de empresas como Banco do Brasil, repartições públicas e Sociedades de Economia mista.

EXPERIMENTE !



Esta é uma receita aprovada pela "Cozinha Royal". Prove estes "Muffin" com Chá Tender Leaf

Não sobrará um: é pura delícia!

"MUFFIN" CÔR-DE-ROSA

8 1/3 xíc. de farinha de trigo
1 3/4 xíc. + 1 colh. (sopa)
de água
3 colh. (sopa) de Fermento Sêco
Fleischmann ou 4 tabletes
de Fermento Fleischmann
11 colh. (sopa) de açúcar
6 colh. (sopa) de gordura
1 colh. (sopa) de sal
2 ovos
1 pacote de Gelatina Royal,
sabor Morango

GRÁTIS!

Peça à D. Maria Silveira, Caixa Postal, 1179 - Depto. FSD-3 - Rio de Janeiro, o folheto "Conselhos Úteis" sobre o Fermento Sêco Fleischmann.

Coloque a metade da água para ferver e dissolva nela a gelatina. Deixe amornar. A água restante (apenas morna), junte o fermento e deixe 10 minutos em repouso. Bata para dissolver. Junte as duas misturas e, em seguida, todos os outros ingredientes. Vá amassando até ligar tudo e formar u'a massa uniforme e lisa, capaz de soltar da vasilha. Coloque a massa para fermentar em vasilha coberta, fora de corrente de ar, durante 2 1/2 horas aproximadamente. Soque a massa e deixe novamente crescer por mais 1/2 hora. Leve, então, para a mesa enfarinhada e abra a massa com rôlo, na espessura de 1 cm. Pincele com manteiga e dobre ao meio, calcando ligeiramente para grudar.

Corte rodela com 4 cm de diâmetro, utilizando o cortador próprio ou a boca de uma latinha e ponha cada uma numa forminha de empada ou em tabuleiro com sulcos próprios para crescer. Depois de 40 minutos, pincele com gema de ovo e deixe terminar de crescer (mais 20 minutos). Asse em forno moderado, durante 20 minutos.

FERMENTO SÊCO FLEISCHMANN

Mais um produto de qualidade da STANDARD BRANDS OF BRAZIL, INC.



À CLASSE RURAL

TEMAS E SUGESTÕES

ARRUDA CÂMARA

Dioscorea bulbifera L., (*Dioscorea cliffortiana* Lamb., *Dioscorea crispata* Roxb., *Dioscorea japonica* Thunb., *Dioscorea lutea* Griseb., *Dioscorea opcotifolia* Campbell, *Dioscorea tannifolia* Salisb., *Dioscorea triandra* Hort., *Dioscorea tunga* Ham, *Helminia bulbifera* Kunth., — da mesma família., Planta trepadeira robusta de caule herbáceo, inerme, cilíndrico, torcido, estriado e desenhando-se para a esquerda; folhas alternadas, longo-pecioladas (pecíolos de 8-10 cts.), com o limbo muito opaco, às vezes colorido, luzido na página superior, nervadas, um pouco onduladas nas margens terminando em ponta escariosa; estípulas oblongo-lanceoladas; inflorescência masculina paniculada, compostas, de 12 cts. ou mais e inflorescência feminina em longas espigas axilares ou terminais, de 18-25 cts de comprimento; flores sessais, solitárias, pequenas, pouco aparentes, de perigônio violáceo e 6 estames férteis, filiformes; fruto cápsula oblonga, trigona, comprida, luzida, de 22 m/m de comprimento e 12 m/m de diâmetro, 3-locular, cada lóculo contendo 2 sementes aladas na parte inferior. Esta espécie é uma das mais importantes da família, distinguindo-se facilmente das outras por contar numerosos bolbilhos ou túberas aéreas ("cará do ar", "cará de rama", "batata de rama") que nascem na axial das folhas e são muito variáveis na forma e no tamanho, mais frequentemente arredondados ou ovoides, achatados num dos lados, ou trigonos, cheios de pretuberâncias, sempre revestidos de epiderme sedosa, de cor cinzento-ardézia com reflexos metálicos e pontuações brancas que são os pontos de emergência das futuras plântulas as quais germinando dão

um ou vários caules. São nutritivos e saborosos, ricos em glúten a que Pechol denominou "caraglutina", encerrando um tóxico que desaparece com uma simples lavagem. No Ceilão, Congo francês, Índia, Japão e Nova Caledônia acreditam vitimar os animais que consomem com outras plantas forrageiras. Os tubérculos aéreos contêm 62,455% de água 31,542% de matéria orgânica e 1,013% de sais fixos; sua composição, segundo Hechel e Schlagdenauffen, é a seguinte: 330 de matéria amilácea (amido), 34,81 de matéria fibrosa, 5,31 de matéria albuminoide 3,30% de matéria corante (amarela associada à sacarose e a um princípio amargo, tóxico; 3,16% de sais fixos, 0,70% de cera e clorofila e 0,50% de matéria resinosa. Releva notar que aquele princípio tóxico parece não ser encontrado nos tubérculos produzidos no Brasil e nas Antilhas e se porventura existisse desaparece com a simples lavagem e cocção, sempre prudente fazer. O rhizoma ou tubérculo subterrâneo tem a forma arredondada, quasi esférica, alongada, chega a pesar 2 quilos. Acha-se revestido por epiderme como uma camada clorofidiana que serve como medicamento galactagogo; a sua composição segundo os autores citados é a seguinte: 69,234% de água, 18,4113% de matéria fibrosa, 6,9223% de açúcar e glutina-caseína e 0,1584% de matéria graxa. Se-reacea ais cultivada no Japão. Segundo Noter é esta a *Dioscorea* tendo o tubérculo subterrâneo parte importante na alimentação geral. Extrai-se o amido. É o "cará figado de perk" espécie oriunda da África ocidental onde o conhecem pelo nome de "Akan". É a *Dioscorea sativa* L., *Dioscorea bulbi-*

fera, L. nambú. A primeira é *DISCOREA EBURNEA* Lour., que é apenas sinônimo de *Dioscorea bulbifera* L., *DIOSCOREA ROGERSSII* Prain e Burkil é um dos híbridos cujo tubérculo é muito alongado e um pouco curvo, foi introduzido no Brasil pelos holandeses. SINONÍMIA-CARÁ DE ESPINHO, CARÁ DE SÃO THOMÉ, CARÁ INHAME. SI-Maurícia DESMOUAN, na NONÍMIA ESTRANGEIRA: va Caledônia. HOI, no Taiti, CAMBARÉ, MARRON, na Ilha IGNAME BOIS, na Guyana Francesa, I. POUSE DEBOUT, no Congo Francês, KADU-KARANDA, na Índia, KADU na Eirmânia, KATALA, no Ceilão, KOATINGA, na Chichina PAPA CARIBE, P. DEL AIRE e P. VOLADORA, na Costa Rica, POUSE ENL'ATR, dos colonos franceses. NAME CONGO, na Venezuela. TABENA, na Colômbia TAVE, NA, na Costa Rica; ZAMINKANDE, na Índia.

— 329 —

CARÁ DO CAMPO

DIOSCOREA CAMPESTRIS Griseb., da mesma família. Planta inteiramente glabra, caules delicados, rípidos angulosos, quasi cilíndricos, inermes e desenhando-se para a esquerda; folhas esparsas, alternadas, pecioladas, membranosas e luzidas, com limbo elíptico ou lanceolado, atenuado em ponta fina no ápice, arredondado na base, até 10 cts. de comprimento e 7 cts. de largura 5 nervadas; inflorescência asculina simples, de 5-20 cts. de comprimento (mais geralmente 12 cts.) frequentemente geminada ou acompanhada de um ramo com folhas menores e flores curto-pecioladas, de 6 estames, dispostas em glumérulos de 3, sendo solitárias as do ápice; fruto cápsula eléptica, 3 aladas, pequena contendo sementes aladas de um só lado. Tem a variedade *pedalis* Uline, de porte menor, folhas aproximadas e limbo 9-nervado e a variedade *pantaginifolia* Uline, de caule mais forte, limbo 7-nervado e inflorescência masculina curta; a variedade *stenorachis* ULINE, de caule volúvel, lim-

densis Uline., e a longispicata Hauman., de limbo ovalanceolado, 7-nervado, inflorescência feminina de 15,20 cents., de comprimento. A espécie tipo do Amazonas até Rio de Janeiro e Minas Gerais.

— 330 —

CARÁ DO MATO

Boarea spectabilis Schenk (*Bomarea janeirensis* Roem), da família das Amaryllidaceas. Trepadeira de caule glabro, anguloso e tortuoso; folhas pecioladas (pecíolos tortos, pubescentes, planos na parte superior e côncavos na inferior) lanceolado-acuminados, inteiras, glabras na página superior e densamente pubescentes na inferior, atenuadas na base, até 14 cts. de comprimento e 3 cts. de largura, 12-14 nervadas (nervuras longitudinais); inflorescência terminal umbeliforme; flôres de perigônio campanulado, pubescentes, inodoras, com os seguintes internos levemente avermelhados e com pontuações vermelho-castaneas e os externos branco esverdeados com listas vermelhados e com pontuações vermelho-castaneas e os externos branco esverdeados com listas vermelhas; fruto cápsula triangular. Fornece raiz tuberosa do tamanho de uma noz, alimentar para o homem depois de submetida à cocção; ainda é reputada diurética e eficaz no combate ao catarro da bexiga. É espécie muito bonita, digna de cultura nos jardins. Tem a variedade *parvilifolia* (*Alstroemeria macrocarpa* Pohl, *Alstroemeria salsilla* Vell., de folhas estreitas e flôres roseo-amareladas. Ocorre no Rio de Janeiro e Mato Grosso, provavelmente em vários outros Estados.

— 331 —

CARÁ DO PARÁ

Dioscorea cayenensis Lam., (*Dioscorea aculeata* Balb., *Dioscorea berteriana* Knuth) da família das dioscoreaceas. Trepadeira glabra, mais ou menos bulbífera, de caule cilíndrico armado de acúleos pequenos e agudos, sobretudo na parte inferior; folhas opostas,



econômicos,
eficientes...
duram muito
mais!

DESINTEGRADORES

CASE

a martelos de rotação rápida

É o melhor para sua fazenda, granja, fábrica ou indústria. Construído em dois modelos — H-10-B de 15 a 20 HP e H-14-B de 20 a 23 HP — tritura, mói, desintegra alfafa, feno, bagaço e pópa de cana, milha em espiga (com ou sem palha), milho em grão, palha e casca de arroz, mandioca, café etc., Peneiras com diferentes medidas de furos (de 1/32" até 2"), conforme o material moído. Dependendo do material, a capacidade de produção horária do desintegrador Case, funcionando com Peneiras de 1/4", varia entre 440 e 1.670 quilos.

FATORES DE MAIOR

RENDIMENTO

- Mesa de fácil alcance e grande alimentação.
- Moagem rápida, calhbra aperfeiçoada
- Ventilador poderoso, coletor-ciclone
- Mancais de rola, mentos especiais
- Mate-

rial sólido que assegura muitos anos de uso.

MOINHOS DESINTEGRADORES

a martelos rotativos e com ensacadores.

Modelos H-10-B e M-14-B

Pólia de 9 cm (3 1/2"), 3.000 a 3.400 RPM.



Distribuidores Exclusivos para o Estado da Guanabara, Estado do Rio, Espírito Santo, Minas Gerais (exceto Triângulo Mineiro)

Agentes nas principais cidades

GEOVIA — Comércio e Engenharia S.A.

Rio: Av. Venezuela, 27 — s/208-210 — Tel. 43.6329

B. Horizonte: Rua Tamoios, 924 — Tel. 2-8248

raramente alternas, longo-pecioladas; lâmina geralmente suboblonga, cordiforme, ovada ou suboblonga abrupto-longa acuminada, cordiforme-sagitada na base, at. 14 c's. de comprimento e saliente-nervado nas duas páginas. Além dessas variedades há a piedaprimeto e 10 cts. de largura, 7,9 nervadas, purluadas e com linhas pelcidas; flôres sésseis, solitárias globosas, dispostas em espigas axilares simples; 6 estames perfeitos; frutos cápsula oblonga-elíptica coriácea; sementes aladas na base. Fornece tubérculo knico ou ramificado, pequeno, ovoide, tornando-se agradável ao paladar após a cocção, porém, sob o ponto de vista alimentar, é segundo Standley, inferior às demais dioscoreáceas cultivadas, produz pouco e os tubérculos são sempre difíceis de atrancar e ainda lenhificam com facilidade.

Há em vários países esta Dioscoreacea cultivada há muitos anos e com diversas variedades. O cará nesses países deixou de se lenificar, adquiriu algumas qualidades que o recomendam. Entre os geralmente cultivados, o cará pseudo-batatas que deu origem à variedade mais conhecida no Brasil, onde foi introduzida pelos primeiros colonos ou pelos escravos veio da Guiné. *Dioscorea batatas* Dene. Sinonímia: Figuram da seguinte procedências: Guinéa Yam, nos Estados Unidos, Inhamnays ne négre, na Guyana francesa e nas Antilhas francesas, Marupy hispano-americano, Ovihaço em Madagascar. Nota: O especialista Dr. Knuth acredita tratar-se da *Dioscorea preensilis* Bth ou apenas de uma de suas formas como a *Dioscorea cayerensis* Lam. vada há muitos anos havendo na África, sua pátria, é cutli numerosas variedades, umas temporárias e outras tardias de tubérculos compridos ou subglobulosos, carne branca, rósea ou amarela, epiderme branca ou cinzenta com rendimento variável.

— 332 —

CARÁ INHAME

Nome comum às seguintes espécies, da mesma família.

1 — *Dioscorea adenocarpa* M. (*Helmia adenocarpa* Knuth). Trepadeira glabra, de caule herbáceo filiforme, liso ou estriado, fusco ou verde pálido, desvolvendo-se para a esquerda; fôlhas pecioaldas, lâmina cordiforme-ovada, aguda, até 7 cts. de comprimento e 55 m/m de largura, sub-coriáceas mucronadas, 7-9 nervadas, com pontuações escuras na página superior, inferior nervada na página inferior (arvação característica); flôres curto pediceladas, reunidas em fascículos de 2-3 e estes dispostos em ráculos solitários, sendo os ramínicos longo-pedunculados; frutos cápsula elíptica com máculas purpúreas até 12 m/m de comprimento e 8 m/m de largura, contendo sementes de 3,4 m/m de diâmetro a superior com a elíptica prolongando-se para baixo 4 m/m e para cima apenas 1 m/m. Fornece rizomas ou tubérculo que se desenvolve bastante, revestido de epiderme amarela com carne branca e mucilaginoso; é bom alimento, porém, segundo Peckolt, quando os tubérculos começam a adquirir sabor amargo e neste caso apenas são aproveitados como forragem. Têm as variedades *Balansae* Uline. de fôlhas profundamente cordiformes glaucas na página superior, flôres masculinas em fascículos densíssios e cápsula oblonga rósea, de 16 m/m de comprimento e 9 m/m de largura e a variedade *chartacea* Uline. *Dioscorea adenocarpa* Griseb.) de fôlhas chartáceas e luzidias, 7-9 nervadas, flôres 3,8 fasciculadas e dispostas e ráculos de 30 cts. É quase certo que a *Dioscorea ovata* Vell. se enquadra na *Dioscorea adenocarpa* M.; sendo que a maior dúvida consiste no fato de serem solitárias e nas fasciculadas as flôres da espécie velosigna. Ocorre no Rio de Janeiro, São Paulo e Minas Gerais, até 2.200 metros de altitude (Itatiaia). Sinonímia: Inham bravo, Tuyá.

2 — *Dioscorea alata* L. (*Dioscorea atropurpurea* Roxburgh., *Dioscorea globosa* Roxburgh., *Dioscorea matiniensis* Spreng., *Dioscorea ovata* Ham., *Dioscorea purpurea* Roxb., *Di-*

oscorea rubella Uruxb., *Dioscorea sativa* Wall. *Dioscorea vulgaris* Miq., *Raania flexuosa* Bello., *Ubiu* *altissimum* Desf.) — Trepadeira glabra, de caule quadrangular ou 4-alado com indivíduos femininos geralmente 2-alado grossos e com pequenos balbilhos axilares; fôlhas quase sempre opostas estipuladas, longo-pecioladas, lâmina hastado-ovada, cordiforme-sagitada na base e acuminada no ápice, 5-7 nervadas, membranosas, glabras, de dimensões bastante variáveis, até 20 cts. de comprimento, 12 cts. de largura; inflorescência masculina disposta em espigas compostas, alongadas de rachis flexuosa; flôres esverdeadas, estames férteis em número de 6; frutos cápsula coriácea, luzidia, de 3 cts., igual no comprimento e no diâmetro; sementes orbiculares, circulares por ala. Fornece tubérculos (em geral um só porém às vezes globulosos), de forma e dimensões muito variáveis, até 60 cts. de comprimento ou ainda mais, com o aspecto de raiz da mandioca e atingindo, o peso de 20 quilos, às vezes mais. Encontra-se no mercado tubérculos com apenas 2 a epiderme de cor castanha com 5 quilos. São revestidos de a carne branca lavada de vermelho mais ou menos clara e violácea conforme a variedade, todavia pouco saborosa, embora muito nutritiva e de fácil digestão, sendo por isso que se lhe dá preferência para ralar e misturar, com farinha de milho, afim de fazer-se "pão de cará"; uma breve análise indica que contém 15,60% de amido, 0,23% de matéria graxa, 2,10% de matéria azotada (Pirant). Outra análise (Peckolt) dá a seguinte composição: 67,120% de água, 23,870% de amido, 3,890% de mucilagem e dextrina, 3,154% de celulose, 1,030% de substância albuminosa, 0,500% de matéria sacarina, 0,326% de "ará-glutina" e 0,119% de gordura ou matéria gordurosa. Nas variedades "Cará mandioca" (*Dioscorea atropurea* Roxb.) e "Cará roxo" *Dioscorea purpurea* Roxb., o mesmo sábio encontrou respectivamente 17,710% e 2,700% de amido.

demonstrando-se assim a sua inferioridade principalmente a da última, cujo valor é nulo. *Dioscorea alata* L., encerra discoreamuciana, matéria albuminosa mucilaginosa, peculiar a muitas outras Dioscoreaceas, senão a todas. Esta espécie, certamente originária da Asia, nunca foi encontrada no estado silvestre. Na Flórida, Estados Unidos uma variedade foi introduzida e cultivada como planta de importância. Cultivam-na em terrenos arenosos e pedregosos. **SINONIMIA:** Cará branco, Cará cultivado no Rio Grande do Sul; Cará de Angola. Cará Inhame da Chira, Cará da Índia. Cará Inhame, de Coriolá das antigas terras africanas; Avase, no Togo; Babavassi, na Africa ocidental francesa; Batatila, na Argentina, Billikatella, nas Maldivas; Chupri-Alu, Cará-guarany Alu e Lat-guarany na India; Cará Inhame Saint Martin, na Martinica; Cará inhame franche, nas Guianas; Cará inhame, Name, em Ceilão; Name branco, em Costa Rica e na Venezuela; Uhi, nas Filipinas Uhi, no Tahiti; Water-yam e White-yam, nos Estados Unidos e assim por diante.

— 333 —

CARÁ MIMOSO

Dioscorea trifida (*Dioscorea affinis* Kunth, *Dioscorea articulata* Steud., **DIOSCOREA BRASILIANA** Poir., *Dioscorea brasiliensis* Willd., *Dioscorea govazensis* Griseb., *Dioscorea palmata* Juss., *Dioscorea ovalobata* Vell., *Dioscorea Riviana* Klotzsch., *Dioscorea trilobata* Lam) da mesma família. — Trepadeira de caula glabros, alado-estriados na parte inferior e anguloso-comprimidos na parte superior, desenvolvendo-se para a esquerda; folhas pecioladas (pecíolos angulosos, até 15 cts. de comprimento), alternas às vezes opostas, profundamente cordiformes 3-5 lobadas, forma e tamanho diversos, até 25 cts. de comprimento e igual largura, 11-13 nervadas, mais ou menos pilosos nas duas páginas lobos acuminados ou cusda-agudo, sendo o médio

EM FRUTICULTURA, um ano perdido é irrecuperável NÃO PERCA a época propícia (junho-julho) para transplantar as chamadas FRUTIFERAS DE CLIMA TEMPERADO, tais como:

VIDEIRAS — PEREIRAS — AMEIXEIRAS — FIGUEIRAS — NOGUEIRAS — PESSEGUEIROS — MACIEIRAS — CAQUISEIROS — CASTANIEIROS — MARMELEIROS — CEREJEIRAS — AMENDOEIRAS — AVELANEIROS — DAMASQUEIROS — FRAMBOEZEIRAS e AMOREIRAS

Grande sortimento de outras plantas frutíferas e ornamentais

LISTAS DE PREÇOS E FOLHETOS GRATIS



DIERBERGER AGRÍCOLA LTDA.

Fazenda Cítra

Cx. Postal 48 — Tel. 1121-Telgr. "Dierco"

LIMEIRA — Est. de São Paulo

3-5 nervados e os laterais abreviados e trapeziformes, com as veias primárias transversais e salientes na página inferior; flôres fasciculadas ou solitárias, as masculinas dispostas em ráculos de 3-5 e as femininas em espigas simples; fruto cápsula oblonga, pubescente, de 25 m/m de comprimento e 17 m/m de diâmetro, contendo sementes orbiculares aladas. Fornece tubérculos subterrâneos, ovoides, cilíndricos ou arredondados, até 15 cts. de comprimento e atingindo frequentemente até 1.500 gramas, revestidos de epiderme verrucosa e com poucas raízes fibrosas, a carne é amarelo-alaranjado, às vezes roxa (inhame roxo) de sabor delicado e bastante nutritivo 37.94% de matéria amilácea (aido), 0.44% de matéria gorda, 3.52% de matéria azotada (segundo Pairult), tornando-se assucarada e branca após a cocção. Análise realizada por Pecholt foram anurados os seguintes resultados: — água 81.280%, amido 7.940% mu-

colagem, destina e sacarina 0.920%, substância albuminosa, 0.401%, "cará-glutina" 0.100%, sais orgânicos 0.1620% substâncias gordurosas, de cor amarelada 0.069% de resina cor de laranja. Em cem gramas de tubérculo seco foi encontrado 1 gr.044 de azoto. Sob o ponto de vista medicinal acredita o povo que esta planta têm propriedade anti-asmáticas e contra a morfêa, propriedades não confirmadas. A cultura é feita no Brasil há muitos anos, parecendo que foi feita desde o descobrimento. **Sinonímia:** — Cará doce. **Sinonímia estrangeira:** — Couche-couche, nas Antilhas francesas; Cusheush na América do Norte; Indian yam, dos colonos ingleses; Mapuev, dos Hispano-americanos; Name yampi, na América Central.

— 334 —

CARÁ PRETO

Cientificamente denominado *Dioscorea heptanura* Vell.

(*Dioscorea* sativa Griseb.) da mesma família. Trepadeira de caule glabro, liso, cilíndrico, desenvolvendo-se para a esquerda; folhas pecioladas, lâmina ovada ou oblongo-ovada, acuminada, estreito-cordiforme na base, 7-9 nervadas, até 35 m/m de comprimento; inflorescência masculina em espigas simples e curto-pedunculadas, inflorescência feminina dispostas e ramos alongados; flores sesséis; fruto cápsula orbicular de 13 m/m de diâmetro; sementes também orbiculares; fornece tubérculo comestível, o que o torna objeto de cultura. Tem variedade *latisinuata* Uline. Ocorre a espécie da Bahia ao Rio de Janeiro e Minas Gerais.

— 335 —

CARÁ RASTEIRO

Cientificamente denominado mesma família. Planta herbácea, *Dioscorea perdicum* Taub., de caule e glabra, até 12 cts. de altura, com numerosos caules volkveis que partem de um rizoma cilíndrico; folhas alternas e pecioladas, lâmina cordado-reniforme, até 15 m/m de comprimento e pouco menos de largura, 9 nervadas, crassas; inflorescência masculina disposta em ramos simples; flores campanuladas, amarelo-esverdeado; antenas 3; fruto cápsula. Ocorre no Rio de Janeiro.

— 336 —

CARÁ SILVESTRE

Cientificamente denominadas as seguintes espécies da mesma família:

1 — *Dioscorea lagoa santa* Uline., *Dioscorea monadelphica* Griseb.) Trepadeira de caule glabro ou pubescente e desenvolvendo-se para a direita; folhas alternas, pecioladas, lâmina variável ovado-orbicular, ovado-deitolega (oblonga), sempre acuminada, largo-cordiforme na base, até 8 cts. de comprimento e 5 cts. de largura, membranosa, 7-9 nervada, glabra ou um pouco pulverulenta na página superior e mais ou menos pubescente na página inferior; inflorescência

asculina frouxa; flores de 3 estames e com segmentos do perianto oblongo-lanceolados; fruto cápsula elíptica, de 12-16 m/m de comprimento. A espécie ocorre na Bolívia e no Perk até 2.800 e 3.000 metros de altitude. É encontrada nos Estados de Minas Gerais, São Paulo e Rio Grande do Sul.

2 — *Dioscorea icrocephala* Uline., — Trepadeira de caule herbáceo, crasso, sub-cilíndrico, até 70 cts. desenvolvendo-se para a esquerda; folhas pecioladas, lâmina largo-ovada, agudo-acunada, cordiforme na base, até 4 cts., de comprimento e 3 cts. de largura, 7 nervadas; inflorescência masculina, 6 estames férteis inseridos na base do perianto; inflorescência feminina em espigas de 3 cts., solitárias; fruto cápsula orbicular de 1 cts. de diâmetro. Ocorre no Rio Grande do Sul.

Os nomes Cará branco e Cará liso são desde longos anos atribuídos a *Dioscorea sativa* L.

— 337 —

SAL

Transcreveos do "Correio da Manhã" este artigo sobre o SAL, que nos parece ser muito útil:

A espécie mineral halita, da qual o cloreto de sódio faz parte, é encontrada diluída na água do mar (sal marinho) ou formando espessas camadas nos terrenos sedimentares de diversas idades geológicas (sal-gema). Na água do mar o cloreto de sódio é encontrado numa quantidade que varia entre 26 e 29 gramas por litro, e, sob a forma de sal-gema, verificam-se formações em terrenos silurianos e devonianos nos EE. UU., carboníferos e cretáceos no Brasil, triássicos na Alemanha e na Inglaterra, terciários na Polónia e na França.

Na localização das salinas para a produção de sal marinho deve ser observada a existência de terrenos planos com solo impermeável, alto coeficiente de evaporação e uma reduzida e limitada precipitação pluviométrica em determinadas épocas do ano.

O processo de extração do

sal a partir da água do mar obedece ao sistema de cristalização fracionada, que consiste em se elevar seguidamente através da evaporação a densidade da água a fim de que as diversas substâncias que a compõem se precipitem deixando como resíduo o cloreto de sódio. Assim a água do mar (densidade normal de 3º,5 Bé) é inicialmente submetida a uma evaporação natural até atingir a densidade de 4º Bé, passando, então, para os cristalizadores onde se deposita o cloreto de sódio. Em seguida, realiza-se a estocagem do sal recolhido, chamada "cura" do sal, e se procede a primeira purificação mediante a lavagem com água pura, eliminando-se, deste modo, os restos da "água-mãe" que ainda envolviam os cristais de cloreto de sódio.

As principais impurezas do sal marinho (areia, sulfato de cálcio e de magnésio, cloreto de magnésio, umidade e algas), são eliminados pela lavagem com solução saturada. Nos sais industriais, que exigem um elevado grau de pureza, a purificação é feita dissolvendo-se o sal bruto e adicionando-se carbonato de sódio para precipitar o sulfato de cálcio e os sais magnesianos.

Na extração do sal-gema o processo utilizado é o da injeção de água nas jazidas retirando-se o mineral em estado líquido — salmoura — sendo utilizado por algumas indústrias diretamente nesta forma ou submetido à evaporação forçada em aparelhos de pressão reduzida para produzir o sal.

Além do seu uso na alimentação, o sal é a principal fonte de cloro na indústria química, entrando na fabricação de plásticos (cloreto de polivinila), e de elastômeros (cloropreno). Pela eletrólise o cloreto de sódio fornece além do cloro o sódio metálico ou soda cáustica, substância grandemente utilizada na saboaria, na indústria de óleos vegetais e minerais e na indústria de elulose. É ainda matéria-prima na fabricação da barrilha utilizada pela indústria têxtil e vidreira.

O consumo mundial de sal é da ordem de 77,4 milhões de toneladas anuais, verificando-

se uma maior taxa de consumo nos países economicamente desenvolvidos em virtude do consumo industrial, que nos EE. UU., por exemplo, atinge 70% da produção nacional.

A produção de sal marinho no Brasil, sujeita ao regime de quotas do Instituto Brasileiro do Sal exceto quanto ao sal industrial (150.000 t. anuais), está fortemente concentrada nos Estados do Rio Grande do Norte (63%), Ceará (14%) e Rio de Janeiro (12%). A produção média de 59/60 foi de 853.162 t. com consumo "per capita" de 13,1 kg por habitante/ano.

Quando à produção de salgema, embora inúmeras jazidas já tenham sido demarcadas nas regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste, não existe ainda uma produção regular. Várias tentativas já foram feitas as redundaram em fracasso devido à profundidade das jazidas — mais de 1.000 metros — e à distância dos centros consumidores que determinam um custo várias vezes superior ao da extração do sal marinho. Na região Norte, entretanto, as jazidas da Nova Olinda se apresentam com possibilidades práticas de exploração em virtude da proximidade das zonas de consumo que atualmente são abastecidas pelas salinas do Maranhão, Ceará e Rio Grande do Norte.

A efetivação deste projeto deveria ser estudada na reunião de governadores a ser realizada em Manaus, porém não haverá mais reunião de governadores e o problema, que já caminhava para uma solução, permanecerá imutável como tantas outras coisas solidificadas neste Brasil".

CONCLUSÃO

Terminamos neste número os TEMAS E SUGESTÕES de que nos ocupamos nestes últimos números de A LAVOURA.

É a oportunidade de prestarmos ao naturalista M. Pio Correia, autor dos dois primeiros volumes do "Dicionário das plantas úteis do Brasil e das exóticas cultivadas" nossas homenagens e saudações pelo seu prematuro desaparecimento.

" I. P. E. C. "

Irmãos Peixoto

ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES LTDA.

Por Empreitada ou Administração

INCORPORA E VENDE

Avenida
Pres. Antônio Carlos, 615

7.º and., gr. 705 — Tel. 22-2323

RIO DE JANEIRO

Uma carta do Prof. Lazzlo Valko a um técnico cooperativista brasileiro

O Dr. Lazzlo Valko é ilustre professor de economia da Washington State University e publicista de renome internacional. Na sua passagem pelo Rio de Janeiro, S. Paulo e Rio Grande do Sul, realizou conferências, sendo uma delas sob os auspícios do Centro Nacional de Estados Cooperativos, realizada no Rio de Janeiro, versando, todas, sobre cooperativismo e economia em geral.

Em carta dirigida em maio do corrente ano ao Dr. Fábio Luz Filho, assim se expressou esse competente técnico, conforme tradução do inglês:

"Foi para mim uma grande oportunidade conhecê-lo pessoalmente, particularmente, pois ve-

rifiquei, durante minha visita a outros países da América do Sul, como vossos excelentes livros, vosso trabalho educativo e vossos estudos sobre cooperativismo (pe- los quais, diga-se de passagem, tenho um grande respeito) têm promovido o seu desenvolvimento do cooperativismo. Estou seguramente certo de que vossa presente e futura contribuição auxiliará o progresso das cooperativas no Brasil e também, as de outros países. Vários desses estudos são conhecidos em muitos outros países. Vosso trabalho atualmente lajeia o caminho que conduzirá a cooperativas brasileiras ao seio da grande família do movimento cooperativo internacional".

Reforma Agrária

A propósito do momentoso assunto, o Sr. Alceu Martins Pereira de Santos, enviou ao Dr. Edgard Teixeira Leite, 1.º Vice-Presidente da Sociedade Nacional de Agricultura, a carta abaixo subscrita e cujos conceitos bem merece estudo por parte de todos quanto se interessam pela nossa vida rural.

"Conforme prometi no nosso rápido mas — para mim — muito agradável encontro em Brasília, — dou-me pressa em enviar-lhe cópia, de um depretenção-se trabalho que me coube elaborar em maio de 1960 a propósito do então projeto de Revisão Agrária do Governo de São Paulo, posteriormente aprovado (o projeto), com algumas modificações.

Essa minha análise trata de um dos aspectos da Revisão Agrária paulista, — o que diz respeito à sua provável repercussão (que poderia ser negativa na saudável tendência da cafeicultura bandeirante, de adotar práticas modernas de lavoura intensiva, em lugar da extensiva.

Do que afirmamos, baseados na própria experiência, tanto na própria dos loteamentos agrícolas como da moderna cafeicultura, aliada a outras atividades (avícola pecuária leiteira, culturas cerealíferas) na mesma pequena propriedade (20 has.) que reservamos para o nosso empreendimento, — acreditamos se poderá concluir, — com vistas a uma racional reforma agrária — o seguinte, em relação a uma grande faixa de agricultura paulista e mesmo de Estados vizinhos:

1.º) — já existe uma tendência natural, de parte dos proprietários de fazendas (principalmente de café) de certo vulto, de reduzir a área cultivada, substituindo as grandes plantações pelos "pomares de café", de maior produtividade, e que permitem a proteção do solo, pelo terraceamento e curvas de nível, assim como pela adubação intensiva.

2.º) — paralelamente, muitos proprietários dessa categoria se dispõem a vender a área restante, havendo, mesmo, casos de dessejarem vender toda a fazenda;

3.º) — num ou noutro caso, nem sempre encontram compradores para grandes áreas, tanto pelo vulto de transação como pelas mesmas razões técnicas (falta de braços) ou econômicas (baixo rendimento) que tornam desinteressante a exploração de uma grande propriedade;

4.º) — a solução mais encontrável é a dos loteamentos, subdividindo as propriedades em áreas menores, segundo as peculiaridades de tipo de terra e de outros recursos básicos (aguadas) — e para cuja aquisição, tais sejam — as condições de pagamento, existe interesse generalizado de parte de sítiantes vizinhos ou de outras zonas;

5.º) — essa tendência espontânea da subdivisão da propriedade agrícola poderia constituir o ponto de partida de uma autêntica reforma agrária, em que a intervenção supletiva do Estado a estimulasse e apoiasse, através de financiamentos a juros baixos aos adquirentes, legislando, — enfim, de forma a acelerar esse processo natural, que parece ser um imperativo social e econômico, da maior distribuição e melhor rentabilidade da terra, — considerada devidamente as peculiaridades de cada zona, de cada gleba;

6.º) — em qualquer hipótese, é de se admitir não atingirão os objetivos sociais e econômicos as medidas oficiais simplistas, em favor

da subdivisão da propriedade, que se preocupem apenas com a retaliação desta ou daquela gleba, sem cuidar de assistir ao nôvo pequeno proprietário (além do financiamento) com a assistência técnica, para a adoção de práticas modernas e, eventualmente, de mecanização;

7.º) — ao lado disso — e de forma preponderante — há que tornar efetiva a assistência social rural, cuja ausência tanto afeta o "estado campo, inclusive dos pequenos proprietários agrícolas. (Isso, aliás, que merece um capítulo à parte, pode representar um teste da sinceridade de muitos políticos, legisladores e administradores, que vivem a proclamar a urgência de uma "reforma agrária", como fórmula mágica para o equilíbrio social do país, mas nada fazem a fim de que se torne efetivo, atuante, o Serviço Social Rural, já criado e com dotações específicas)

8.º) — será contraproducente, desfavorável à economia nacional, (no que ela dependa da maior produtividade por área) quaisquer dispositivos que desconhecem (ou azedam) o valor da iniciativa privada nas atividades rurais, através de empresários a ela devotados e que, além de recursos próprios, estejam em dia com a adoção de práticas modernas, na produção e na defesa do solo

São esses, meu caro Dr. Teixeira Leite, resumidamente, os pontos conclusivos que hei podido extrair das minhas experiências e observações — num campo talvez reduzindo — da modificação que está ocorrendo (e que pode ser impulsionada pelo Governo, no bom sentido) na paisagem agrária de São Paulo.

Acrescento estas informações, recolhidas dos loteamentos que fiz (citados, em globo, na análise ao projeto de Revisão Agrária paulista):

— as vendas foram feitas mediante 30% à vista e o restante em 4 prestações anuais, juros de 8% a. a.:

— a pontualidade dos prestamistas, em geral muito boa, esteve intimamente ligada à qualidade (e, pois, à produtividade) da terra do lote de cada um;

— os casos de atrasos ou protogações (previstas estas nos contratos, a juros maiores, 12%) foram todos de adquirentes de partes de terras mais fracas, menos produtivas evidentemente de menor preço.

Disso se conclue, facilmente:

Não é apenas o modo de tratá-la, mas sim, e sobretudo, a qualidade própria da terra que lhe traduz o valor. Há glebas que, dadas de graça, são caras; outras existem, de alto preço que acabam produzindo para sua amortização; num e noutro caso, o valor e a produtividade guardam relação com a localização, meios de transporte e meio ecológico favorável, máximo quanto ao regime pluviométrico ou às possibilidades de irrigação e mecanização.

Isso, que se observa no nosso Estado de São Paulo, talvez o melhor dotado de meios de comunicação, — torna contornos incalculáveis, se considerarmos um esquema de reforma agrária a ser aplicado a todo o Brasil, que nessas condições básicas, mesológicas, é um mundo de distâncias e de contrastes, nos quais a própria natureza constitui um desafio olímpico, não apenas ao idealismo utópico (ou de mal disfarçado intuito demagógico) de alguns, mas, inclusive, à vontade férrea dos bem intencionados...

Os grandes contornos dessas disparidades foi demonstrado, em largas pinceladas, por Vianna Mogg, em "Bandeirantes e Pioneiros", pág. 48:

"Na Amazônia, como de resto em quase todo o país, a terra dá mas custa. No extremo Norte, é o excesso de água; no Nordeste, é

a falta de água; no Centro, e o exagêro das montanhas e das erosões.

Esta, em verdade, a famosa fertilidade geral do nosso solo, em face das hiperboles que a celebram. É verdade que, se deixarmos de lado o Nordeste comburido pela seca, a Amazônia dos sonhos de umboldt as terras de montanha as sujeitas à erosão e as imprestáveis para a mecanização das lavouras, as quais, somadas, absorvem cerca da metade do território nacional, felizmente ainda há muito que celebrar e aproveitar na outra metade, sobretudo se compararmos as suas possibilidades com as dos demais países da América Latina, nas quais, no dizer de William Vogt, a geografia é um dos mais áspêros fatores da limitação à introdução do melhoramento humano".

Ao que todos sabemos, o aproveitamento da parte cultivável do nosso solo foi sendo feito pela iniciativa particular, com muitos acertos e grandes erros coletivos, como foi o caso da imoderada expansão da lavoura de café de São Paulo ao fim do primeiro quartil deste século, dando lugar à superprodução e à crise da década de 30.

Errô, esse que viria a ser repetido de forma já agora imperdoável nessa devastadora invasão monocultora das férteis terras do Norte do Paraná, esquecendo, muitos da mesma geração, a dura lição precedente, em São Paulo, e com esta agravante: então, os exageros e os riscos foram à custa de capitais particulares, e a grande maioria dos cafeicultores pagou caro pela aventura, apenas se podendo salvar da ruína total, em casos, pelo Reajustamento Econômico que veio a ser levado efeito pelo Governo, assumindo a economia nacional, através das apólices específicas, os ônus das dívidas irresgatáveis dos fazendeiros.

Já no caso do norte do Paraná, somou-se ao "rush" impensado dos cafeicultores, oriundos, muitos deles, de São Paulo e de Minas, —

o impulso dado pelo próprio Governo, na mais exdrúxula forma de assistência supletiva jamais observada, no país, em relação ao nosso produto básico de exportação, que é, a bem dizer, a nossa moeda de curso internacional — o café. O maciço apoio financeiro do Governo da União através do Banco do Brasil, só poderia ser explicado à luz de intuítos meramente políticos imediatistas, pois que, não somente escapavam ao menor critério de sentido técnico, como estavam destinadas a produzir resultados às avessas, sobretudo quanto às repercussões na economia geral do país.

Basta considerarmos o seguinte:

- a) — tais lavouras se expandiram pelos processos rotineiros, de queima e derrubada das matas, ou seja de uma agricultura mais *extrativa*, dos humus naturais, do que propriamente, de *cultivo* da terra, com vistas, à *defesa do solo*;
- b) — isso ocorria quando, quase simultaneamente, já se conheciam os notáveis resultados que, graças aos brilhantes estudos de genética do Instituto Agrônomo de Campinas, se obtinham com a famosa "experiência de Campinas", de lavouras *intensivas*, de alta produtividade, pelo uso de espécies precoces e de alto rendimento, inclusive em terras tidas como cançadas, e que eram recuperadas pela nova técnica das curvas de nível, adubação racional etc;
- c) — desprezando-se, no Paraná, os métodos modernos já consagrados, tão pouco se ligou à madeiração do seu meio ecológico, sujeito às geadas, e, pois, onde seria temerária a cafeicultura.

O balanço negativo, grosso modo, dessa falta de planejamento e de intervenção, às *avessas* do Governo, é,

talvez inavaliável, pois para ele terão influído toda uma série de itens adversos:

- 1 — subtração de enormes áreas que poderiam ter sido empregadas em outras culturas, ou atividades pastorais, que melhorassem o abastecimento interno (ou, eventualmente, permitissem exportação) — assim concorrendo para combater a carestia;
- 2 — impacto devastador de duas geadas (1953 a 1955) que requereram financiamentos especiais, a longo prazo. (O último ato assinado pelo presidente Kubitschek foi a "moratória" para os débitos dos cafeicultores do norte do Paraná junto ao Banco do Brasil, parece que envolvendo cifra ao redor de 8 milhões de cruzeiros);
- 3 — o dispêndio de preciosas dívidas na importação de "máquinas para produzir fumaça", a serem usadas com óleo combustível também importado, para proteger as mesmas lavouras em futuros invernos;
- 4 — essas providências oficiais de encorajamento e a recuperação natural das lavouras pela ausência de geadas em 2 ou 3 anos sucessivos — dando lugar, a partir da safra 1957-8, ao novo ciclo de superprodução, que impôs, cumulativamente, duas quase insuportáveis cargas às finanças e à economia nacionais: a obrigatoriedade de o Governo adquirir as sobras, para o que se firma existirem recursos tirados do próprio café, através do chamado "confisco cambial"; e — e nisto está o tremendo prejuízo, irrecuperável, da superprodução cafeeira, a sobrecarregar o desgaste econômico do uso inadequado de enormes e férteis áreas — a queda dos preços do café, em cerca de 20 censts. por libra pêso, ou uns 26 dólares por saca, correspondendo,

em números redondos, numa exportação média de 16 milhões de sacas, a uma erosão de 400 milhões de dólares por ano (ou 1 bilhão e 200 milhões em três anos), na receita cambial do país!

Estou esmiuçando dessa forma o caso dos desacertos, particulares e governamentais, em relação à nossa principal lavoura permanente, não apenas pelo que isso representa no quadro de uma apreciação realista dos nossos magnos problemas, da terra, mas para que se possa concluir o quanto eles refogem às fórmulas simplista, que pressupõem ser necessária apenas uma "reforma agrária" para transformar este imenso país, cheio de contrastes (géo-físicos e de ações dos seus homens responsáveis) em uma verdadeira "terra de Canaã"...

É de se assinalar que, nesta altura, parece haverem as nossas autoridades acordado, dispondo-se a encarar o problema cafeeiro de frente, buscando remover a causa da crise que nos aflige — a superprodução antieconômica. Foi solenemente instalada em Brasília o órgão técnico e executivo que deverá proceder, de início, à erradicação de 1 bilhão de cafeeiros deficitários, e estimular a sua substituição parcial por lavouras de maior rendimento, destinando-se a outras culturas as áreas liberadas.

Isso demonstra que o próprio Governo começa a perceber que existe muito que reformar, que contramarcha não somente entre os governados mas, e principalmente, nos próprios métodos de administrar as finanças e a economia nacionais. Se põem tanta ênfase na necessidade de uma "reforma agrária", mesmo não sabendo bem se poderão levá-la a efeito de forma plenamente satisfatória, dada a ingênuvel complexidade de que se reveste a sua aplicação no Brasil. — seria útil fossem advertidos de que, com relação à terra anular, antes de mais nada, e à produção, há que refor-

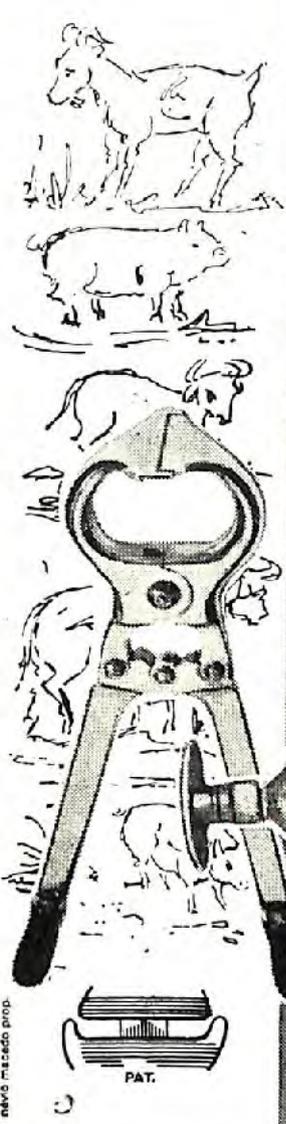
inclusive, a política oficial agrícola do país Lembráramos:

- dar ao Ministério da Agricultura a importância que parece nunca haver tido, na condução da política agrícola do país, provendo-o de recursos financeiros e técnicos adequados, para que possa agir no planejamento e na assistência da atividade da terra em geral, diretamente ao através de convênios com as Secretarias da Agricultura dos Estados;
- aperfeiçoar os já existentes ou estabelecer os "estatutos" das lavouras de base, com vistas aos problemas internos do uso devido do solo, e à razoável defesa dos preços externos e domésticos;
- fundar e prover devidamente novas escolas de agronomia, que as existentes já estão aquém da expansão e da modernização das lavouras a requererem maiores contingentes de técnicos para deixarem a antiga fase da rotina;
- barateamento por todos os meios, de máquinas agrícolas, veículos de transporte, inseticidas e adubos, cujos custos, cada dia mais elevados, estão tornando por demais onerosa, e talvez insuportável, a atividade agrícola, mesmo para os empresários de alguns recursos.

* * *

Fico por aqui, finalizando essa conversa epistolar que a sedução do assunto me levou a espichar talvez demasiadamente, — o que peço desculpar.

Esperando sejam de alguma utilidade ao ilustre Amigo os despretenciosos subsídios que lhe envio, permaneço ao inteiro dispor e me subscrevo.



torquezes BURDIZZO e seringas TEXAS

**indispensáveis
a qualquer criador.**

Com os legítimos torquezes BURDIZZO italianos a operação de castrar é muito mais segura e eficiente, não produzindo hemorragias nem feridas nos animais, evitando bicheiras ou infecções.

As seringas veterinárias TEXAS, são confeccionadas com matéria prima de grande resistência com micrométrica precisão, e com tubos de vidro de grosso calibre. Isto é garantia de longa durabilidade e perfeitas injeções.

Com as seringas TEXAS e os torquezes BURDIZZO, você assegura a qualidade e a vitalidade do rebanho.

Distribuído por

**Herman Josias s.a.
indústria e comércio**

Caixa Postal. 3493 Rio de Janeiro - GB.

Como Fundar um Clube Agrícola na Escola Primária

Juvenal Rocha Nogueira

Presidente da Federação
dos Clubes Agrícolas do Es-
tado do Rio.

Inicialmente a professora promoverá o preparo psicológico dos alunos, através de leituras, contos, apresentação de cartazes e dramatizações, sobre assuntos referentes à agricultura, despertando nêles o interesse para a fundação do Clube. Muito importante será a professora levar seus alunos a visitarem propriedades vizinhas, onde haja pomar, horta, jardim, criação de pequenos animais, a fim de observá-los de perto, esclarecendo-lhes os aspectos mais objetivos. Melhor ainda se houver próximo, um Clube Agrícola permitindo-lhes em contato com colegas, conhecer o seu trabalho, aguçando-lhes o espírito e o desejo de imitá-los.

II FUNDAÇÃO

Não é uma imposição, e sim o desejo vivo dos alunos para essa atividade. Toda criança gosta de lidar com plantas e animais; esse interesse dirigido pela professora, fará de cada aluno um clubista orgulhoso de seu canteiro, de seu vaso, de suas aves. Uma vez interessados, caberá à mestra, reuní-los para a fundação do Clube. Em assembléia geral, sob sua orientação, escolher-se-á o nome do Clube e será eleita a Diretoria. Para a denominação, serão apresentados diversos nomes tirados dos três reinos da natureza, datas e fatos históricos, santos pa-

droeiros, personagens destacadas em obras humanitárias, cívicas, nas letras, artes e ciências. Um esclarecimento sobre os nomes sugeridos, facilitará ao educando a apreciação para uma escolha acertada. Quanto à eleição dos membros da Diretoria, deverá figurar na chapa os nomes dos alunos mais capazes para as funções, nomes estes que serão sufragados em escrutínio secreto, dando-lhes assim uma lição de democracia. Empossados os eleitos, será constituído o Clube. Daí em diante, a direção dos trabalhos caberá ao Presidente. O Secretário redigirá a ata da sessão em livro próprio. A cópia da ata e os formulários, devidamente preenchidos, serão enviados à Federação.

FUNCIONAMENTO

As tarefas agrícolas devem ser diárias, executadas pelos clubistas, antes ou depois das aulas podendo receber ajuda dos membros da comunidade, principalmente, tratando-se de trabalhos mais pesados. As técnicas agrícolas devem ser ministradas com aplicações práticas, ao alcance das crianças, recorrendo-se aos ensinamentos do currículo de Ciências Naturais, afastando o empirismo, eliminando as credenças e superstições. Para manter o constante entusiasmo, deve-se vitalizar os trabalhos re-

novando-os sempre com realizações imediatas, como o plantio do rabanete, dado o seu curto ciclo vegetativo; o feijão de vara e a berta-lha, pela exuberante vegetação; o tomateiro, pela fascinação do colorido de seus frutos; a couve, o repolho, o nabo, a cenoura, a beterraba, pela utilidade na "sopa escolar" dando-lhes a satisfação de saborear o produto do seu trabalho.

A criação de pequenos animais favorece o desenvolvimento do clube, principalmente a de coelhos, que é pouco exigente na alimentação.

Os membros da Diretoria devem reunir-se periodicamente, para discutir e tomar medidas necessárias, registradas pelo Secretário. O Tesoureiro deverá manter em dia o livro caixa. O Zelador cuidará das ferramentas e utensílios, trazendo-os sempre em condições para pronta aplicação no trabalho.

A fim de que a Federação possa aquilatar-se da operosidade do Clube e prestar-lhe auxílios, deverá este remeter relatórios de suas atividades (segunda quinzena de junho e novembro), depois de apreciados em assembléia geral.

No ano seguinte, nos primeiros dias de aula, deverão ser renovadas as atividades do Clube, iniciando-se com uma assembléia geral e eleição da Diretoria.

ORIENTAÇÃO

Embora os trabalhos do Clube sejam executados pelos alunos, serão sempre orientados pela professora, numa assistência permanente, sem contudo, prejudicar o espírito de iniciativa ou diminuir a personalidade do educando. Numa escola, todas as professoras tomarão parte nas atividades do Clube, com as suas respectivas turmas, havendo uma responsável pela Instituição, com a denominação de Orientadora do Clube Agrícola.

Ensilagem



Transformando milho, sorgo, sobras de pastos, capins Guatemala, Napier etc., em silagem, o gado leiteiro terá alimentação garantida para atravessar o período da seca.

UMA COLABORAÇÃO DE PRODUTOS NESTLÉ

SETOR AGROPECUÁRIO

G-RV-26/62-1

la", constituindo merecimento, de acordo com o item i do Art. 11 do Estatuto aprovado pela Lei n.º 4.489, de 27 de outubro de 1960.

Para iniciar os trabalhos é necessário que o terreno esteja cercado, para evitar a invasão por animais ou intrusos.

O plano agrícola está em função da água; dada a sua importância deve ser cuidadosamente localizada. Os recursos materiais, naturalmente, limitam as operações agrícolas, mas não caracterizam valor da instituição que é essencialmente educativa. Numa escola de pouco terreno planta-se em pequenos canteiros e vasos; sendo de maior área, comporta uma boa horta para suprir a sopa escolar, assim como um pomar e criação de pequenos animais. Exercendo a escola influência decisiva na comunidade, o clube agrícola poderá atuar

no sentido da extensão às residências dos alunos.

Além dos trabalhos de campo, constituem atividades atinentes ao Clube, as indústrias rurais, os trabalhos manuais, museu, herbário, reuniões cívicas e recreativas.

Para melhor compreender o trabalho de seus filhos, a professora promoverá o *Círculo de País*, mostrando-lhes a necessidade de se criar o hábito de trabalho, despertar a vocação pelo labor agrícola. Para reter o aluno por mais tempo na escola, nada melhor do que a "sopa escolar"; favorecendo as atividades extra curriculares.

Recomendamos, com insistência, que as atas, das assembléias e as resoluções devam ser lavradas em livro e os documentos catalogados. Tudo isso, deverá ser conservado, constituindo assim, o cérebro da Instituição

para que não desapareça com a constante remoção das professoras, pois o Clube Agrícola permanece.

“A LAVOURA”
A mais antiga
revista agrícola
em circulação
no Brasil.

Antônio de Arruda Câmara

Com o falecimento ocorrido a 18 de maio do corrente, do Engenheiro Agrônomo Antônio de Arruda Câmara, perdeu a Sociedade Nacional de Agricultura, um bom e dedicado colaborador.

Nasceu o Eng. Agr. Antônio de Arruda Câmara a 16 de setembro de 1895 no Sítio "Salgadinho", Distrito de Cachoeira de Cebolas", hoje Itatuba, Município de Inga, Estado da Paraíba.

Filho de Antônio Conrado de Arruda Câmara e de D. Ana Veridiana de Arruda Câmara, já falecidos, casou-se com D. Guilomar de Arruda Câmara tendo uma filha, Joana de Arruda Câmara Neiva, casada com o Dr. João Câmara Neiva e dois netos; Ivany Câmara Neiva e Augusto Câmara Neiva.

Fêz os estudos primários em sua terra natal e os secundários na cidade de Leopoldina, Minas Gerais, Colégio S. Sebastião e Ginásio Leopoldinense.

Diplomou-se em Agronomia pela Escola de Agricultura de Pinheiro, Estado do Rio de Janeiro.

Iniciou sua vida profissional em 1916, como administrador da Fazenda de Sant'Ana, Distrito do Rio Pardo, hoje Argerita, Município de Leopoldina, Estado de Minas Gerais.

Ingressou no Ministério da Agricultura, mediante concurso de provas, como Chefe de Culturas, em 1917.

Serviu nesse cargo junto às Inspetorias Agrícolas de Alagoas, Sergipe e Rio Grande do Sul. Como Inspetor Agrícola serviu no Estado do Rio Grande do Norte, de onde, terminados os trabalhos preparatórios locais da contribuição da Independência do Brasil, foi chamado a servir na diretoria do mesmo Serviço (agosto de 1921) e aí, por incumbência do Diretor Arthur Torres Filho, colaborou em serviço de equipe, no preparo da série de Mapas Agrícolas e do livro Aspectos da Economia Rural Brasileira, editados em 1922.

Colaborou, na época nos trabalhos então publicados referentes aos inquéritos sobre salários rurais, preço de terras, custo de vida e circulação de produtos agrícolas.



Em sua bibliografia, além de estudos sobre carnaúba e mate, figuram trabalhos sobre aproveitamento do lixo, associativismo cooperativismo economia e organização rural.

Na Comissão de Estados para a localização da Nova Capital, teve a seu cargo as investigações agronômicas procedidas no Estado de Goiás.

Assistente do Prof. Luiz de Oliveira Mendes, da Escola Nacional de Agronomia, lecionou durante alguns anos a parte da cadeira referente à horticultura.

Submetendo-se a concurso de títulos para outra cadeira obteve classificação em primeiro lugar, em chave.

Organizou e presidiu diferentes congressos e reuniões técnicas entre as quais merecem destaque as seguintes:

1.ª Reunião Regional de Economia Rural, em João Pessoa, em 1941.

2.ª Reunião Regional de Economia Rural, em Fortaleza, em 1942.

1.º Congresso de Cooperativas de Consumo do Distrito Federal, no Rio de Janeiro, em 1946.

1.ª Reunião de Consulta às Cooperativas, no Rio de Janeiro, em 1951.

1.ª Reunião de Chefes de Agências do Serviço de Economia Rural

e padronização de produtos agropecuários, do Rio de Janeiro, em 1952.

2.ª Reunião Algodoeira do Nordeste, em Campina Grande, em 1953.

2.ª Reunião de Consultas às Cooperativas, em Recife, em 1954.

Foi membro do extinto Conselho Nacional de Caça e representou o Ministério da Agricultura em diversos órgãos de deliberação coletiva inclusive a Comissão de Política Agrária, a Comissão de Abastecimento e Preços e a Comissão de Financiamento à Produção.

Ocupou a direção do Serviço de Expurgo e Beneficiamento de Serenis, extinto, e por duas vezes, o Serviço de Economia Rural.

Na imprensa especializada dirigiu ainda como estudante "A Charrua" e mais tarde, com Humberto Bruno, o Brasil Agrícola, tendo sido redator das revistas Moeda e Crédito e "Rural", sob a direção de Humberto Lamoniér.

Era diretor da tradicional revista "A Lavoura", da Sociedade Nacional de Agricultura.

Ingressou na Sociedade Nacional de Agricultura em 1918, tendo exercido os cargos eletivos de membro do Conselho Superior, 4.º, 2.º e 1.º secretário e 3.º Vice-Presidente.

Representou a veneranda entidade em numerosos Congressos e Reuniões.

Colaborou na organização da Escola de Horticultura Wenceslau Bello da qual foi Diretor durante longos anos e lecionou jardinagem em seus cursos profissionais.

Era sócio titular da Sociedade Nacional de Agricultura.

A Lavoura
a mais antiga
revista agrícola
em circulação
no Brasil

Situação dos trabalhadores rurais no nordeste

Integrando a comitiva do Ministro da Agricultura Sr. Armando Monteiro Filho que foi ao Nordeste, estudar a situação dos trabalhadores Rurais o Sr. B. Octávio Amaral Santos chefe do Gabinete do Presidente do Serviço Social Rural, apresentou ao Conselho Nacional daquela autarquia o relatório que publicamos a seguir.

Este relatório representa o trabalho de nossas observações realizadas nos Estados de Pernambuco e Paraíba, onde, como integrantes da comitiva do sr. Armando Monteiro Filho, Ministro da Agricultura, participamos na qualidade de representante do senhor Presidente desta autarquia que, por se achar com seu estado de saúde abalado, não pôde comparecer.

A hora de representar o SSR e de participar de tão importante missão obriga-nos a relatar os fatos observados e a sugerir algumas providências de caráter imediato diante da angustiante situação dos trabalhadores rurais daqueles Estados.

SITUAÇÃO OBSERVADA EM PATOS — ESTADO DE PERNAMBUCO

Senhor Presidente, naturalmente V. Excia., compreenderá este relato, produto de nossas observações, levando em conta que não somos técnicos no assunto, nem tão pouco, pretendemos traçar "rêzums rûmos" para o SSR. Queremos, isto sim, dentro das limitações legais a que está sujeita a autarquia, transmitir o que observamos e sugerir para melhor estudos e apreciações o produto de nossos contactos com os trabalhadores rurais.

Convidados pelo Vigário de Patos, Padre Antônio da Costa Mello — Padre Mello como é mais conhecido esse sacerdote — para lá nos dirigimos em companhia do diretor da DITA e de seu assistente. O que o Padre Mello realiza em matéria de sindicalismo rural é qualquer coisa de notável, que deve e precisa ser divulgado. Cerca de 20 mil trabalhadores rurais já se encontram agrupados em sindicatos aguardando, apenas, a efetivação da LEI OBJETIVA para sua sua concretização real naquele

Vigário Mello, junto aos trabalhadores rurais, embora não seja ainda de todo compreendido pelos grandes proprietários, e, a nosso ver, a única salvação para os mesmos, uma vez que não prega, a quele sacerdote, a divisão da terra pura e simplesmente, como medida capaz de solucionar os problemas sociais.

Procura ele enfrentando toda sorte de dificuldades, esclarecer os camponeses para que se arremetem em sindicatos, sem combates sistemáticos aos proprietários.

Preconiza também a prática do cooperativismo como medida, de caráter coletivo para as comunidades, sem com isso perderem, os mesmos, suas pequenas propriedades (quando a possuem) e, quando não a possuem, surgere a desapropriação de terras do Estado para formar pequenos sítios e dar o sentido e o estímulo de cada um possuir a sua propriedade. A nosso ver, o trabalho daquele sacerdote precisa ser compreendido e ajudado, uma vez que seu objetivo principal é a arremimentação da classe agrária, dentro do respeito as instituições vigentes e das tradições religiosas do povo nordestino. O exemplo do Padre Mello deve ser seguido e seu trabalho deve e precisa ser ajudado pelos órgãos que têm a responsabilidade de atuar na área agrícola do país, como é o caso do SSR.

CR PERNAMBUCO

O trabalho que vem sendo executado pelo nosso CR em várias áreas do Estado e cujos resultados podem ser avaliados pelo estado de completa paz social reinante como o caso de CAMOCIM, por exemplo, onde o CR mantém além da escola radiográfica, outras experiências em

franco desenvolvimento atestam o que afirmamos. Os planos de habitações coletivas que será executado pelo CR em Camocim, mereceram referências elogiosas do superintendente da FUNDAÇÃO DA CASA POPULAR, que nos acompanhou nas visitas ao CR e a Patos, estando, mesmo aquela autoridade interessada em obter cópias dos planos para submetê-los ao estudo de seus técnicos como um dos melhores já apresentados no campo das experiências em habitações rurais.

VIAGEM À PARAIBA

De Recife, dirigimo-nos, acompanhando o Ministro da Agricultura, em viagem posta a nossa disposição pelo CR de Pernambuco, para João Pessoa. Na capital paraibana, aguardava-nos Sua Excia. o Governador do Estado que, depois de receber o Ministro da Agricultura e sua comitiva, passou a integrar, a mesma, seguindo imediatamente para Sapê. Naquele município na sede da Liga Camponesa, tiveram o Ministro da Agricultura e o governador do Estado o primeiro contacto com os camponeses locais em reunião que se prolongou por toda manhã de segunda-feira.

DEPOIMENTOS

Várias manifestações de apreço foram tributadas aos Ministro e ao Governador do Estado. Sentidas reivindicações foram feitas pelos líderes camponeses, destacando-se a que formulou corajosamente o Presidente da Associação das Ligas Camponesas da Paraíba, sr. Assis Lemos, que em objetivos, amistosos e sem demagogia aplaudido por grande massa de trabalhadores rurais, expôs ao Ministro da Agricultura e ao Governador do Estado

Estado. O trabalho executado pelo e demais componentes da comitativa, a situação aflitiva e, mesmo calamitosa dos trabalhadores rurais de Sapé. Depoimento de grande sentido social, espelhando bem o estado de miséria a que foram relegados os camponeses daquela localidade pela incompreensão e pelo egoísmo despótico dos proprietários rurais. Referiu-se ainda o Presidente da Associação das Liga Camponesas e de maneira caridate, ao assassinio brutal do líder camponês Pedro Fazendeiro, exterminado, a mando dos proprietários, ficando sua esposa ao desamparo com seis filhos menores.

LIGA CAMPOONESA

Verificamos a existência de um clima de tensão social, motivado, de um lado pelos proprietários dos grandes latifúndios e de outro, pelos camponeses. Do lado dos proprietários a indisposição (até armada) contra os camponeses associados da Liga. Esse estado de tensão chega ao ponto de alguns proprietários expulsarem, com cargas armadas os trabalhadores rurais e suas famílias de suas terras, deixando-os entregues a sua própria sorte ou ao amparo da Liga Camponesa que os assiste, na medida das suas possibilidades, que são limitadas. Outro depoimento de grande sentido, foi o prestado pelo Presidente interino da Liga Camponesa local. Disse aquêle líder: "Nossas casas foram invadidas por sicários da polícia do Estado e pelo exército, a pretexto de busca de armamento e munição. Nada porém, foi encontrado. Livros, revistas e jornais foram apreendidos como "material subversivo" e pequenos objetos, confiscados a pretexto de uma segurança nacional, que não foi nunca abalada ou ameaçada por êsses modestos e humildes trabalhadores rurais, que o pretendem é, apenas um pedaço de terra para continuar, como até aqui, trabalhando para o sustento de suas famílias. O simples fato dos trabalhadores pertencerem a Liga, não pode, de maneira alguma significar ameaça é segurança nacional e, muito menos, à tranquilidade da nação a reivindicação dos camponeses esquecidos deste país". Referiu-se ainda, ao seguinte fato: apenas por ter ido visitar um trabalhador rural prêso, para saber das providências que deveria a Liga tomar em sua defesa (já que fôra encarcerado por se ter rebelado contra a morte do Presidente da Liga Camponesa), e,

sem qualquer outra razão, ficara 26 dias prêso, sendo espancado por ordem dos senhores proprietários, que mantêm em Sapé todos os representantes legais, tais como: Delegado, chefe do destacamento policial e outros. A prisão do líder dos trabalhadores gerou uma onda de revolta, embora de caráter pacífico.

SITUAÇÃO SOCIAL

O clima emocional ainda reinante pelo assassinio do Presidente da Liga Camponesa de Sapé, armou os espíritos. Uma onda de revolta passou a dominar os trabalhadores que, em massa, acorreram à Liga hipotecando solidariedade aos seus dirigentes. Cerca de 1.500 famílias, encontram-se ao desabrigo, uma vez que foram expulsas a mão armada pelos donos das terras e se encontram alojadas algumas e vivendo à custa dos recursos da Liga, enquanto outras perambulam pela cidade a procura de abrigo e alimento. Milhares de trabalhadores pelo fato de pertencerem a Liga Camponesa se encontram sem trabalho, enchendo as ruas de Sapé e esmolando pelas estradas. E, claro está, que êsse clima de agitação é gerado pela miséria e pela fome que ronda a fertilíssima região que vai de João Pessoa a Sapé. Não acreditamos senhor Presidente e podemos mesmo afirmar, que não sentimos que tal estado de coisas tenha suas origens em infiltrações comunistas. Das sondagens que fizemos junto aos trabalhadores, abandonados à sua própria sorte, sentimos que o tão falado "perigo comunista" não existe. Não sabem aquêles modestos e incultos trabalhadores o que é comunismo, desconhecem completamente a ideologia vermelha, veneram a Deus e esperam dêle a solução para os seus problemas. Confiam, sem muita esperança, nas providências que as autoridades devam tomar; não descrentes, em parte pelo fato de muito que lhes foi prometido em tôdas as épocas e por todos os que, procura de votos por ocasião de eleições, os vão procurar; são descrentes das medidas paliativas, aguardam providências imediatas e de profundidade, não acreditam nos planos, nas comissões, nos grupos de trabalho, nos planejamentos e até nos próprios técnicos.

Desconhecem os inúmeros órgãos federais, estaduais e municipais, pois lá em Sapé, êstes não existem e, quando existem, não funcionam. Observamos o acentu-

ado amor ao Brasil, coisa que nos sensibilizou, ver homens já encanecidos, desgastados pela rudeza do trabalho, combatidos pela falta de assistência médica e sanitária, terem pelo nosso país, sentimentos tão elevados, acreditarem na nossa pátria como acreditam em Deus. Criaturas, senhor Presidente, com tais sentimentos, infelizmente, não difundidos em outros centros chamados de civilizados de nossa terra, não professam, não conungam, não formam ao lado dos que pretendem impor suas ideologias importadas explorando a pobreza e a miséria que, intelizmente, diziam os nordestinos, tão prêsos às nossas tradições religiosas e democráticas. Não acreditamos, pelos contactos mantidos que êsses infelizes trabalhadores rurais estejam participando de movimentos que visem a uma revolução comunista. O que existe é o fantasma da fome e da insegurança elementares geradores desse clima tenso, onde as relações entre os senhores proprietários e seus assalariados se apresentam com características de conflito.

Verificamos que a tensão social na Paraíba apresenta-se como se fôra um espelho onde são refletidas as imagens de uma situação social que chegou ao seu término, onde não existe mais lugar para a demagogia das soluções transitórias e o efeito político que se queira tirar dessa situação. O Brasil agrário reclama dos poderes competentes soluções equânimes.

Observamos senhor Presidente, ainda na linha das considerações de caráter psicológico com relação ao homem do nordeste, o seu quase patético amor à família, sentimento êsse que bem diz das nossas tradições. O homem nordestino em defesa de sua família torna-se perigoso. Seu amor, sua dedicação à prole atingem as ralas, do impossível. Em defesa da família, em defesa das suas tradições, em defesa do seu torrão, o homem nordestino será capaz até de revolução. Observamos, senhor Presidente (e aí a nota sentimental desta narrativa) quão caro é para nós da geração que se vai findando, rever como um caleidoscópio, tudo aquilo que representou o nosso alicerce, que firmou a nossa personalidade. O respeito quase religioso aos velhos, aos avós, aos pais, aos primogênitos e a adoração a criança. Ao contacto com os homens rudes do nordeste, sem escola, sem jornais, sem rádio, televisão ou livros, pudemos senhor Presidente, sentir saudades dos tempos da infância, quando aquê-

les princípios eram seguidos religiosamente por todos que tiveram como nos a ventura de ter nascido neste país. As tradições que ainda no Norte e Nordeste permanecem sedimentam nos forasteiros o amor a terra e continuam sendo o ponto principal na formação dos homens, e que tem se constituído na garantia da permanência das nossas mais caras tradições e a razão de ser da nossa afirmativa de que nenhuma ideologia, que não a democrática, tenha se fixado na mentalidade do nosso povo.

ATUAÇÃO DO MINISTRO

Senhor Presidente. Sentindo o quanto tem preocupado o titular da pasta de Agricultura, o problema hoje muito mais agravado, do Nordeste, tecemos aqui algumas considerações a respeito das mesmas.

Sua Excia., espírito jovem e atualizado e como nordestino que é, não tem descurado no trato desses problemas, desenvolvendo intensa atividade na busca de soluções objetivas e concretas, embora, lutando com os poucos recursos de que dispõe o Ministério da Agricultura, com quase todos os departamentos técnicos desprovidos das verbas necessárias a uma completa e eficiente atuação na área nordestina.

A solução de tão graves problemas, e de forma imediata, muito tem preocupado o Senhor Armando Monteiro Filho. Sua atuação tem se feito sentir naquele importante órgão do poder público, pela constância do seu titular em todo território nacional, procurando, com a sua presença, conhecer de perto os problemas e resolvê-los de melhor maneira possível. Assua a participação do Ministro da Agricultura, naquelas paragens levando consigo toda uma equipe de técnicos e representantes dos vários órgãos subordinados ao seu Ministério, representa para os trabalhadores de Sapé mais uma esperança na atuação dinâmica que o jovem Ministro empresta a sua gestão. As soluções encontradas pelo senhor Armando Monteiro Filho, no contacto direto com o problema, representarão a presença do Conselho de Ministros na zona de tensão social e para a qual estão voltadas as atenções gerais do país. Medidas que devem entrar em vigor imediatamente serão apontadas ao Conselho de Ministros pelo titular da Agricultura, e essas não são soluções paliativas ou de efeito cronológico. As medidas estudadas e aconselhadas para o caso de Sapé, representam o esforço de

uma equipe bem chefiada e apoiada integralmente pelo Governo, representado pelo senhor Armando Monteiro Filho.

A maneira franca com que o Ministro se expressou no contacto mantido com os camponeses de Sapé, foi o ponto alto dos acontecimentos. Não houve limitações para o esforço dispendido pelo representante do Conselho de Ministros e do Presidente da República. Sua Excia. se apresentou aos trabalhadores rurais de Sapé com sobriedade, falando a linguagem que o sertanejo gosta de ouvir e prometeu somente aquilo que realmente pode cumprir. Não fez promessas vãs. Limitou-se a ouvir as reivindicações legítimas dos camponeses e com eles travou o diálogo necessário para o desatamento dos espíritos. A presença sempre constante do governador do Estado que acompanhou de parte toda as demarques, foi também assinalada como um autêntico triunfo dos trabalhadores rurais paraibanos uma vez que foi a primeira vez que um Ministro de Estado deslocou para uma tão distante localidade do interior brasileiro toda uma equipe de trabalho e planejamento, para estudar e oferecer soluções rápidas e inadiáveis, de acordo com o que reclama a conjuntura agrícola do Estado.

As esperanças fundadas dos camponeses de Sapé, nas medidas que o Governo Federal vai adotar podem ser traduzidas pelo relatório que o titular da pasta de Agricultura levará ao Conselho de Ministros, para sua completa aprovação. Acreditamos, senhor Presidente, que com tais métodos de governo possa-se ainda salvar o trabalhador brasileiro das garras da miséria e do desespero e conduzi-lo ao caminho certo das suas conquistas sociais, sem a preocupação, um tanto exagerada do "perigo comunista".

SOLUÇÕES APRESENTADAS PELO SSR EM CARATER DE EMERGENCIA

Representando V. Excia., senhor Presidente e o Serviço Social Rural, fomos convocados, ainda na Paraíba, em João Pessoa, para uma reunião em Palácio.

Depois de ouvirmos os vários órgãos da administração federal e estadual convocados pelo Ministro e pelo Governador do Estado, coube-nos a honra de falar em nome do SSR.

Procurando, de maneira clara, objetivar as condições de quase impedimento de uma atuação imediata do SSR em consequência dos

próprios entraves criados pela Liga geradora desta autarquia, expusemos o que a nosso ver podia ser feito pelo SSR através do Conselho Regional da Paraíba e que passamos a enumerar para conhecimento de V. Excia. e também do Egrégio Conselho Nacional:

1. Sugerir, coma a aprovação do Conselho Nacional, seja suplementada a dotação orçamentária do C. R. da Paraíba, ficando o mesmo obrigado, no prazo de dez dias, a fornecer ao C. N. o plano de emergência e o "quantum" necessário para sua atuação imediata. O Conselho Nacional deverá autorizar a suplementação do orçamento do C. R. da Paraíba, tendo em vista a situação de calamidade existente naquele Estado:

2. deslocar imediatamente para o município de Sapé, uma assistente social e um agrônomo, para entrar em contacto imediato com a Liga Camponesa daquela localidade e, junto com a mesma estudar um plano de aplicação imediata de recursos para minorar as baixas condições de vida dos trabalhadores rurais.

OBSERVAÇÕES

Deve-se acrescentar (quando propomos o deslocamento de dois técnicos do C. R. da Paraíba para entrar em contactos imediatos com a Liga Camponesa) o fato de ser aquela entidade, o órgão que verdadeiramente representa a maioria, senão a totalidade, dos trabalhadores locais. Não vemos conveniência, dado o estado de tensão existente entre a classe patronal e os camponeses, do SSR comparecer, juntamente com a Associação Rural local, pelos motivos de quase conflito existente entre as duas classes.

Achamos melhor o contacto com a Liga Camponesa, por ser ela a entidade que está atendendo, dentro das suas limitações financeiras, e, perto de mil e quinhentas famílias, que se encontram no mais completo estado de penúria e abandono, expulsas que foram pelos proprietários rurais, de suas terras.

O Ministro da Agricultura, no contacto que manteve com a Liga Camponesa, prometeu instalar, imediatamente — ainda esta semana — um Posto do SAMDU: um Posto de SASPS e uma Cooperativa de Consumo, financiada pelo Banco Nacional de Crédito Cooperativo, para fornecer gêneros alimentícios aos associados da Liga Camponesa, sob a orientação, di-

PRÊMIO «ENNES DE SOUZA»

I — A este prêmio, constante de medalha de ouro e de diploma artístico, distribuídos anualmente, poderão concorrer agrônomos e veterinários brasileiros diplomados nos três últimos anos pelas nossas escolas oficiais ou reconhecidas.

- a) classificados entre os três primeiros da turma;
- b) sem nenhuma reprovação durante o curso;
- c) que figurarem nas listas enviadas pelas respectivas Escolas até o dia 30 de junho; e,
- d) que não tenham já conquistado o referido prêmio em anos anteriores.

II — Para efeito do disposto no item anterior, alínea "c" deverão as Escolas de Agronomia e as Escolas de Veterinária remeter, com os respectivos currículos, a lista dos três primeiros de cada turma (relativas aos três últimos anos) que satisfaçam as exigências da salíneas a e b.

III — Os candidatos que satisfizerem as exigências do item a, b, c e d, deverão inscrever-se durante o mês de junho e remeter, sobre assuntos anualmente fixado, à Secretaria da Sociedade Nacional de Agricultura, até o dia 30 de setembro, em três vias, com 30 a 40 páginas datilografadas, tamanho alçaço.

IV — As ilustrações serão consideradas fora de texto.

V — O julgamento será feito durante a segunda quinzena de outubro, tendo em vista:

- a) o currículo do candidato — peso um;
- b) o valor do trabalho apresentado — peso três.

VI — Os trabalhos classificados terão a sua publicação assegurada no órgão oficial da Sociedade e em separata, da qual 100 exemplares serão fornecidos aos respectivos autores.

VII — A entrega dos prêmios — diploma e medalha de ouro — será feita em sessão solene realizada em outubro.

VIII — A Sociedade Nacional de Agricultura concederá aos premiados passagem e ajuda de custo para hospedagem, no caso de residirem fora desta Capital.

IX — Na hipótese de um premiado ser casado, será fornecida passagem para o casal e na de se tratar de moça solteira será concedida passagem a um acompanhante.

X — Haverá duas comissões julgadoras, presididas por um Diretor da Sociedade Nacional de Agricultura e integradas por três técnicos cada uma, sendo a primeira, composta de três agrônomos, e a segunda de igual número de veterinários, dos quais um agrônomo indicado pela Sociedade Brasileira de Agronomia e um veterinário indicado pela Sociedade Brasileira de Medicina e Veterinária.

XI — O julgamento será feito isoladamente pelos membros da comissão julgadora:

- a) em votos escritos e devidamente justificados, entregues ao Secretário Geral da Sociedade, em envelope fechado;
- b) o Diretor da Sociedade, integrante da comissão ordenará os resultados, em reunião sob sua presidência, da qual será lavrada ata, por todos assinada;
- c) em caso de empate, haverá reexame do trabalho, prorrogando-se a reunião pelo tempo que for julgado necessário.

XII — São os seguintes os temas de 1963:

AGRONOMIA — Citricultura no Brasil.

VETERINÁRIA — Erradicação do berne e do carrapato no Brasil.

AJUDA DE CUSTO — Cr\$ 10.000,00, além da passagem.



É MAIS LUCRATIVO MULTIPLICAR A PRODUÇÃO DE 1 ALQUEIRE COM BOM ADUBO, QUE PLANTAR TRATAR E COLHER 3 ALQUEIRES- POIS SÓ A ECONOMIA DE BRAÇOS COMPENSA FARTAMENTE O SALITRE DO CHILE É UM ADUBO NATURAL QUE REFORÇA A PRODUTIVIDADE DO SOLO EXPERIMENTE-O!

SOLICITE FOLHETOS E INFORMAÇÕES, GRATUITAMENTE.



CADAL CIA. INDUSTRIAL DE SABÃO E ADUBOS

AGENTES EXCLUSIVOS DO SALITRE DO CHILE

PARA OS ESTADOS DA GUANABARA, DO RIO E ESPIRITO SANTO

RUA MÉXICO, 111 - 12.º AND, (SEDE PRÓPRIA)

— TEL 31-1850 - rêde interna

Conselho Nacional de Reforma Agrária

Discurso do Dr. Edgar I Teixeira Leite na instalação do Conselho de Reforma Agrária.

A reunião que ora se realiza é de alto conteúdo social, político e econômico, porque marca o início da Reforma Agrária no Brasil.

Tendo empolgado o país, desbordando dos seus naturais campos de atividade, invadiu impetuosamente todos os setores da opinião nacional. Os círculos ainda os mais estranhos à economia agrária passaram a se interessar por ela. Na imprensa diária e periódica, nas associações culturais, das mais diversas categorias, através de simpósios, de mesas redondas, foi-se reunido uma documentação abundante e valiosa, poucas vezes verificadas em assuntos desta natureza.

A Igreja — vigilante e com a justa compreensão das suas responsabilidades, atacou o problema, com prudência mas com decisão. No Congresso Nacional e nas Assembleias Legislativas dos Estados, numerosos discursos e projetos foram proferidos e apresentados.

O Conselho Nacional de Economia, com a sua autoridade, de órgão especializado para tais tarefas, promoveu longo debate, em torno do ante-projeto organizado por uma comissão de ilustres brasileiros, os quais em boa hora condensado em volume constitui sem dúvida preciosa contribuição sobre a matéria.

A Classe Rural, através de seu órgão máximo, a Confederação Rural Brasileira, e suas Federações filiadas, que de há muitos anos, atenta ao problema, vinha estudando a questão, em Reuniões Nacionais e Regionais dando magnífica demonstração de maturidade política, promoveu a VI Conferência, nesta cidade, que continua a ser o centro político da nação, a maior demonstração deste gênero já realizada no Brasil pelo número e excelente qualidade de sua representação, congregando homens de todas as regiões de nossa pátria, nela se afir-

mando pontos de vista dos mais avançados e liberais, indo ao encontro dos anseios dos nossos patriotas, homens sem terra, desejando ter à ela acesso, e daqueles, que vivem em terra alheia — e que são, todos eles, os seus mais valiosos e dedicados colaboradores.

Deste memorável certame, resultou uma programação — através de declarações de princípios que constituem uma das mais completas diretrizes para o problema agrário do país.

Na Conferência do Maracanãzinho, a nação pôde ouvir a palavra do Presidente João Goulart, que deixou bem claro, que as justas aspirações do homem do campo devem ser atendidas, precisam ser atendidas, mas que para serem atendidas, não há necessidade de subversões sociais, mas realizadas dentro da ordem e da lei.

Antecipando-se à ação federal vários Estados enfrentaram a Reforma Agrária, com as limitações naturais decorrentes do problema dependente de fatores que são da esfera da União. Dentre eles, vale ressaltar, a Revisão Agrária de São Paulo, que constitui um campo de observação das mais valiosas, pela sua real objetividade e pela tenacidade com que está sendo executada.

O atual Governo, atento ao problema, estimulou o prosseguimento do Grupo de Trabalho anteriormente constituído, de que surgiu o chamado ante-projeto Miller Campos. O Ministro da Agricultura, tomando-o como base de trabalho re-estudou a matéria e elaborou um ante-projeto com marcantes contribuições originais, que obteve a maior repercussão e que é uma demonstração bem clara dos propósitos do Governo, de não mais protelar a execução da Reforma Agrária.

O Parlamento já agora vai deba-

tações de caráter individual e de projeto apresentado pelo próprio Conselho de Ministros, o que algumas excelentes sem favor! mas é prova a mais do decidido empenho de pô-la em prática.

Vale entretanto esclarecer certos ângulos do problema que tem seu começo de solução, através do órgão que hoje se instala.

Na verdade o andamento, mesmo acelerado da medida do Parlamento, não permitirá que ela se transforme em lei com a presteza que se impõe e que ainda recentemente foi lembrado, com particular ênfase no discurso de Volta Redonda pelo Presidente João Goulart.

Depois de expedido o diploma legal, haverá a fase delicada da sua regulamentação, da organização do órgão executor, da escolha dos seus dirigentes e da tarefa difícil e ingente da construção dos seus canteiros de trabalho pois a Reforma Agrária brasileira irá constituir realização da máxima convergadura, em superfície e em profundidade.

Tudo isso exige tempo — prazo nunca menor de dezoito meses, mesmo pelos cálculos mais otimistas.

Considerando estes naturais obstáculos o Conselho de Ministros, numa feliz inspiração — que merece destaque e louvor — decidiu criar um órgão — que é o que hoje se instala, presidido por um Ministro de Estado — fixando assim o seu alto gabarito e que pudesse, sem mais demora, dar início à tarefa de implantação da Reforma Agrária no Brasil.

Foi ele provido de amplas atribuições. E se não lhe faltarem meios de ação, isto é, condições técnicas e administrativas, não falhará em seus objetivos. E estamos convencidos disto diante do vivo interesse já demonstrado a respeito pelo Ministro Armando Monteiro Filho.

Não há de ser apenas um órgão, a mais, mas um órgão para funcionar de verdade.

Na verdade, medida de tanta envergadura não pode prescindir de medidas preliminares que são fundamentais. Não se constrói um grande edifício sem que se conheça o terreno, sem que seja ele preparado para receber as fundações, tarefa que passando quasi despercebida é entretanto essencial.

E o que a nós deste Conselho cabe efetuar com decisão e presteza, nestes poucos meses, que poderão entretanto, representar um grande avanço, tornando-se este Conselho, o instrumento acelerador

Um bom e útil livro sobre zoologia

Os Insetos - vol. I, de Eurico Santos

da Reforma Agrária. Irá se aproveitar da valiosa massa de estudos de todos os tipos realizados pela Comissão Nacional de Política Agrária, cujo acervo vai a ela se incorporar. Terá de se valer do inenso património, que representam os debates e estudos sobre o assunto, promovidos e realizados nestes três últimos anos, nos mais diversos setores da vida cultural do país.

Com tudo isto, e mais com a cooperação indispensável de entidades de vários graus da órbita pública e privada, de técnicos de diversas atividades que serão naturalmente convocados para tão relevante tarefa, o CNRA acumulará subsídios valiosos e extremamente úteis.

Na verdade a Reforma Agrária não pode ser realizada de forma empírica, com o primarismo de simples distribuição de terras, sem que se dê ao novo proprietário os instrumentos capazes de fazê-lo produzir evitando o que já ocorreu com ela neste continente, com tão dolorosos exemplos, constituindo em verdadeira desorganização da produção agrícola.

Tem que ser executada atendendo as condições brasileiras, aproveitadas as lições da que se tem feito, alhures, mas sem nos atermos estritamente a figurinos estrangeiros. Para não se transformar numa reforma contra o Brasil tem de equivaler a uma verdadeira revolução agrícola, isto é, um grande movimento de convergência pela atuação racionalizada de todos os fatores que concorrem para a produção. Ao lado da modificação indispensável de estrutura do nosso velho arcabouço agrário terá como nota tônica a imperiosa transformação de uma agricultura extensiva, de caráter francamente predatória, em lavoura que apresentem maiores índices de racionalização.

Melhor diria, transformar nossa produção primária que é a agricultura de capital, de crescente tecnificação sob todos os aspectos, tendo como meta final o aumento da produtividade.

É neste sentido que a Reforma Agrária tem de ser o instrumento para preencher o fosso que separa os dois Brasis, o da lavoura e o da indústria, equivalendo a um movimento decidido e generalizado de ascensão social e econômica das populações rurais.

E poderemos realizá-la sem subversões sociais, sem revoluções, sem sangue, dentro dos moldes estabelecidos pelas nossas instituições políticas dando o nosso país mais

um exemplo de seu sentimento de moderação, na sua alta capacidade política como sucedeu com a independência — deixando à frente do governo o filho do Rei despojado do poder; da abolição realizada numa empolgante demonstração de fraternidade, evitando dolorosas lutas fratricidas; da implantação da república, com medidas de apreço ao grande brasileiro que consolidou, num delatado reinado, a unidade nacional, apenas para citar três grandes demonstrações da decidida vocação pacifista do povo brasileiro.

E assim há de acontecer com a Reforma Agrária, que neste continente, sem necessidade de buscarem fora dele outros exemplos, só foi obtida por meio de revoluções com as tremendas e nefastas consequências, das lutas fratricidas.

Temos um povo em expansão, expansão demográfica, que cresce de três milhões e meio por ano, de três milhões e meio por ano, mas para atendê-lo, nas necessidades de sua alimentação e nos seus anseios de acesso à terra própria, temos imensas disponibilidades — algumas já em mãos do próprio governo federal.

E as modificações, tantas delas com raízes feudais, que a nossa estrutura agrária exige, não de ser levadas a efeito com a compreensão de todos e a aceitação de todos.

Este ano, irá ficar nos anais da vida nacional como o ano da Reforma Agrária — como este governo terá entre os seus maiores títulos, o de ser o Governo da Reforma Agrária.

E por feliz coincidência, designio, talvez da Providência Divina, o movimento que está empogando o país, tem a iluminá-lo a esplêndida pregação da encíclica Mater et Magistra pela qual a Igreja mais uma vez interveio na grande crise que aflige a humanidade, indicando metas seguras para a humanização do homem.

É com o propósito de ajudar os poderes públicos, servindo o Brasil, que aqui estamos, certos de que, nesta hora de aceleradas transformações, de graves ansiedades, mas também de tantas e seguras afirmações, não poderíamos deixar de dar a nossa contribuição, modesta, obscura, mas consciente e decidida, sempre confiantes de que nada deterá a esplêndida ascensão, econômica social e espiritual de nossa Pátria, construindo, num país de dimensões continentais, uma grande nação, que há-de, cada dia, se afirmar como das maiores obras da civilização em todos os tempos.

Os livros de Eurico Santos são sempre recebidos com agrado pelos professores de zoologia que vêm nétes bons auxiliares para despertar nos estudantes o interesse pelo estudo dos animais, pelo também pelo público em geral, já habituado a encontrar neles um completo repertório das curiosidades e maravilhas da vida animal.

Da mesma forma que as outras obras já publicadas "Os Insetos" constitui, sem dúvida, mais um valioso volume da série Zoologia Brasileira, em boa hora editada por F. Briguiet & Cia.

Para que se tenha uma idéia de tão interessante livro de divulgação das coisas do mundo dos insetos, basta a citação de alguns de seus capítulos; um a miuçalha pouco conhecida, A magrestina família dos bichos de pau; O louva a Deus é falso devoto; O piolho dos livros e o relégio da morte; Cigarra curiosa; A caluniada jiquitirana; As cigarras cantadoras; Os mais velhos insetos do mundo; os lepismas; pequenões, e por vezes, quase microscópicos inimigos das plantas: os trips.

Sua leitura não se recomenda, apenas, Yqueles que desejem ter uma cultura geral sobre a vida maravilhosa dos insetos; ela é, igualmente útil aos agricultores pelos ensinamentos a respeito dos insetos que tantas preocupações causam como as baratas, percevejos da cama e outros e, finalmente aos estudantes dos ginásios que pouco sabem da vida desse grupo de artrópodes.

Continue Eurico Santos na trilha que enveredou, pois assim procedendo está prestando um valioso serviço ao país, divulgando, de uma maneira clara e simples, tudo quanto necessitamos conhecer a respeito da vida, dos costumes e dos hábitos de nossos animais.

ESTOCAGEM DE CARNE BOVINA

Contestação e comentários às críticas do memorial da Associação dos Abatedores de Gado e Frigoríficos do Brasil Central ao plano de estocagem de carne para entressafra de 1962

A Associação dos Abatedores de Gado e Frigoríficos do Brasil Central, com sede em São Paulo, órgão cuja fundação só foi comunicada a 3 de janeiro do corrente ano, participou de duas reuniões com o Presidente do Grupo de Trabalho de Estocagem de Carnes para a entressafra de 1962, realizadas respectivamente em princípios de fevereiro no Rio e a 9 de março último em São Paulo.

Nessas reuniões foi solicitada, da direção daquela Associação e dos demais participantes assim como de todos os seus integrantes, com a máxima urgência, a relação nominal e os pedidos individuais de todos os abatedores associados que desejassem e pudessem participar da estocagem de carne congelada, mediante a declaração ao G. T. de Estocagem dos quantitativos a armazenar e locais de armazenamento, elementos esses para estudo e fixação imediata das quotas definitivas de armazenamento para cada um.

Na segunda reunião acima citada tornou-se patente a inconformação de certo número de membros da referida Associação diante da perspectiva de interrupção dos abates para suprimento de carnes verdes ao consumo de São Paulo e Rio, por ocasião da distribuição dos estoques de carnes congelada a estas duas praças.

Diante do exposto e sem promover até agora, como havia sido solicitado, com urgência, a remessa dos pedidos de estocagem de seus associados para estudo do G. T., promoveu aquela Associação, além de uma campanha jornalística contra a estocagem, a ida à Brasília, a 13-3-62, de sua Diretoria em Comissão a fim de entregar, ao Sr. Ministro da Agricultura, Memorial contendo críticas e sugestões ao Plano de Estocagem de Carnes para 1962, plano estes já publicado na imprensa diária após sua aprovação pelas altas autoridades administrativas do país, ocorrida em 18-9-62. Acresce mencionar que o G. T. de Estocagem de Carnes frisou e continua acentuando a urgência absoluta da execução da estocagem planejada e aprovada, a fim de que seja amplamente aproveitado o presente período de safra que se constitui em ocasião ótima para o início dos abates visando aquela finalidade.

Sobre o conteúdo das críticas publicadas sob os auspícios da Associação dos Abatedores e Frigoríficos do Brasil Central passaremos a traçar nossos comentários.

1.º) A estocagem em causa foi decidida pela Presidência da República através do seu Memorando G.P./M.A.-85, de 15-5-61, nos seguintes termos: "Ministério da Agricultura Banco do Brasil Excelências:

1.º) Promover a estocagem de 25 mil toneladas de carne, na próxima safra, pelo que mantenho em atividade, em caráter *permanente*, o Grupo de Trabalho, que adotará, para esse fim, todas as providências, em tempo hábil".

Verifica-se, da transcrição supra, que a efetivação da estocagem em vias de execução resultou exclusivamente de determinação expressa da própria Presidência da República e não de pedido ou sugestões dos chamados grandes frigoríficos Abatedores.

2.º) O quantitativo de... 25.000 toneladas, congelado e a ser estocado, foi fixado diante da existência de praça fria *disponível* para esse fim, no Estado de São Paulo e no Rio, além daquela normalmente utilizada tanto no conservação de outros produtos pareáveis como no preparo de produtos industriais.

Os armazéns frigoríficos a serem utilizados no Rio, que exploram a indústria armazenadora fria, são os seguintes:

ANUNCIE

em

"A Lavoura"

Frig. do Cais do Porto—Capacidade disponível	5.000 ton.
" Da. Clara	" " 5.000 "
" Tuíuti	" " 5.000 "

Na Estado de São Paulo

Frig. Cinara — Capacidade disponível	5.000 ton.
--------------------------------------	------------

(Santos e Araraquara)

Nos Frigoríficos privados de Matadouros-Frigoríficos

T. Maia	Capacidade disponível	1.500 ton.
Frigorífico Anglo	" "	6.250 "
" Mouran	" "	2.000 "
" Armotr	" "	4.500 "
" Pinhal	" "	900 "
" Swift	" "	2.250 "
" Cruzeiro	" "	500 "
" Wilson	" "	3.500 "
" T. Minas	" "	
" (B. Mansa)	" "	600 "

Do exposto constata-se que a capacidade *disponível* dos armazéns frigoríficos públicos, localizados no Rio e em São Paulo, eleva-se a cerca de 16.500 toneladas a dos armazéns privados, nos Estados de São Paulo, Guanabara e Rio de Janeiro perfazem, aproximada e isoladamente, — 22.000 toneladas. O total geral *disponível* de praça fria — atinge, portanto, a cerca de 38.500 toneladas de capacidade.

Necessitando-se apenas de 25.000 toneladas para a estocagem a ser distribuída na entressafra do presente ano, resulta uma sobra de 35% daquele total disponível, que se destinará, naturalmente, a outros produtos perecíveis e àquêles sob processo de industrialização.

Essa demonstração numérica torna sem efeito portanto a afirmação da inexistência ou insuficiência de equipamentos frigoríficos para o armazenamento da tonelage de carne destinada ao abastecimento na entressafra, sendo que, só no Rio, a aparelhagem das firmas que exploram a indústria armazenadora fria ultrapassa as necessidades do quantitativo de carne a ser armazenada, prevista para o consumo desta cidade no período de carência, de 1962.

3.º) Tendo-se em vista o quadro da capacidade frigorífica privada dos estabele-

cimentos abatedores, segue-se que o Governo não poderia, de forma alguma, pensar em estocagem de carne para a entressafra sem a cooperação dos mesmos, principalmente em São Paulo, onde não existem estabelecimentos frigoríficos oficiais ou privados, de envergadura, *que explorem o alu-guel de praça fria.*

4.º Em centros consumidores como os do Rio e São Paulo, onde o hábito do consumo da carne verde é tradicional, e a carne congelada, nas acidentais ocasiões, de seu consumo obrigatório, sofreu, no passado, um longo processo de descrédito, originado pela falta de descongelamento prévio do produto a ser lançado ao consumo, conferindo este fato mau aspecto ao produto, não poderiam se abalançar, os chamados grandes frigoríficos e nem quaisquer outros estabelecimentos do gênero, a estocar, de motu-próprio, carne congelada para consando da preferência do consumidor com a carne verde, pois que está continua gozando da preferência ao consumidor. Todavia, aquele tipo de estabelecimento distribui normalmente carne frigorificada, também acumulada em estocagem nas suas câmaras frias por ocasião dos períodos ótimos das safras, independentemente de solicitação oficial.

Nestas condições, e porque a estocagem importa num investimento relativamente prolongado de vultoso capital, torna-se intuitivo que o armazenamento volumoso de carne, para consumo na entressafra, só poderia ser provido pelo Governo mediante a adoção de duas medidas fundamentais:

- a) — concessão de financiamento, e
- b) — limitação ou suspensão temporária da distribuição de carne verde no período de consumo da congelada em estoque.

Acresce mencionar que a carne estocada na safra, para sua distribuição na entressafra, permite sempre, aos abatedores, vantagens maiores que a carne verde de reses abatidas na entressafra.

5.º É de lamentar a ignorância da crítica ao querer estabelecer paralelo entre os financiamentos à res para o criador e àquela, gorda, congelada e pronta para entrega ao açougueiro, depois de 5 a 7 meses de armazenagem após o seu abate.

Esse comentário crítico que deplora e condena o volume total do financiamento necessário à estocagem prevista, considerando-o um pesado ônus ruinoso para o Erário, ou para o Governo, esqueceu-se de que o seu retorno é integral por ocasião da entrega da carne ao consumo, acrescidos juros correspondentes à operação.

6.º) Os industriais constitutivos da Associação dos Abatedores de Gado e Frigoríficos do Brasil Central demonstraram-se consternados com o sacrifício do consumidor, na entressafra próxima futura, pois que consideram excessivas as despesas da estocagem prevista e que, na época, agravariam os preços da mercadoria. Todavia, essa consternação, que, mereceu e merece a nossa máxima simpatia, resultou também da ignorância do ocorrido em anos anteriores, inclusive em 1961, quando, sistematicamente, a carne verde ultrapassou os preços da carne

congelada então distribuída. No presente caso como em outros, os fatos passados e a experiência deles resultante, não podem deixar de se sobrepôr às simples afirmativas destituídas de comprovação.

7.º) Afirmar também aquelas indústrias, abatedoras e marchantes, fornecedores exclusivos de carne verde ao mercado consumidor, que o Plano de Estocagem, tal qual foi apresentado e aprovado pelas autoridades federais de cúpula, fortalece posições monopolísticas no mercado. A posição monopolística aludida seria aquela dos estabelecimentos industriais providos de aparelhagem frigorífica que, aliás, se impõe hoje a todo o moderno estabelecimento abatedor.

Perguntariamos, sobre o alegado, que tipo monopolístico seria esse, constituído, só na Região Brasil Central, por numerosos matadouros frigoríficos, a maior parte dos quais já "interiorizados, isto é, funcionando junto às zonas produtoras e capacitados, por isto, de séria concorrência aos estabelecimentos congêneros situados na faixa litorânea ou nos grandes centros consumidores. Para melhor julgamento do perigo monopolístico alegado passaremos a citar apenas os matadouros industriais que solicitaram quotas de estocagem para a entressafra próxima, São eles os seguintes:

Matadouro	Frigorífico	— T. Maia	— interiorizado
"	"	— T. Minas	— B. Mansa
"	"	— Mouran	— interiorizado
"	"	— Armour	— São Paulo
"	"	— S. Amaro	— interiorizado
"	"	— Anglo	— interiorizado
"	"	— Swift	— São Paulo
"	"	— Pinhal	— interiorizado
"	"	— Cruzeiro	— interiorizado
"	"	— Wilson	— São Paulo
"	"	— Ricardo	— interiorizado
"	"	— T. Minas	— São Paulo

Tratando-se de se proceder a estocagem para abastecimento exclusivo dos centros populacionais do Rio e São Paulo, parece-nos que

aquelas 11 empresas citadas de forma alguma poderiam exercer qualquer atuação monopolística nos referidos mercados. Ainda há mais.

O Sindicato da Indústria do Fric, no Estado de São Paulo, de que fazem parte muitos dos estabelecimentos acima arrolados, comunicou ao G. T. de Estocagem haver pôsto à disposição dos filiados à Associação dos Abatedores de Gado e Frigoríficos do Brasil Central 4.000 toneladas de armazenagem frigorífica a título de cooperação. Que tipo de organização monopolística é essa que para o total do fornecimento previsto concede a seus concorrentes parte de sua própria aparelhagem-fria para 18% do total a armazenar?

Confessamos que aquele ato de solidariedade e cooperação nos surpreendeu agradavelmente tanto pela sua espontaneidade como pelo inesperado do gesto entre firmas concorrentes de um mesmo mercado limitado.

8.º) Quanto aos "riscos sérios de alta considerável do gado e da carne", pressupostos pela crítica ao Plano de Estocagem aprovado, parece-nos que os seus efeitos não foram devidamente analisados.

É voz corrente haver agora, nas invernações do Brasil Central, número excepcional de gado gordo a espera de

sada, emagrecidos pela seca do ano anterior, que permanecer nas invernações, já aclimatados a estas e que, por isso, melhor reagiram numa engorda-rápida por ocasião do novo período de vegetação das pastagens;

II) — procura atual de gado gordo menos intensa que a normal, por força dos elevados preços da carne ao consumidor, determinativos de consumo mais baixo, ou de subconsumo.

Presentemente, a procura de gado gordo está estacionária e mesmo em declínio assim como os seus preços, fato este comum nos períodos de safra intensa na década passada e pouquíssimo evidente nos últimos tempos. Embora saibamos que o ideal, para o abatedor, é a continuidade de manutenção de baixa nos preços do boi gordo, ou sua estabilização, não se pode concluir que os seus preços atuais corram "riscos sérios de alta considerável", pois que a matança de cento e poucas mil cabeças de bovinos, até junho e julho próximos (cerca de 120 dias), não perturbará a normalidade do mercado de bovinos, principalmente porque, nesta quadra do presente ano, os invernistas estão necessitando realizar numerário o mais imediatamente possível através das respectivas engordas atuais para poderem deixar as invernações em descanso e efetuar negócios futuros de gado magro, não lhes sendo próprio, portanto, o momento financeiro em curso para o exercício da especulação dos preços.

Há, ainda, e isto é preponderante que a interrupção das matanças para fornecimento de carne verde num período máximo de 45 dias, de outubro a novembro, que são os piores meses da entressafra, forçará os invernistas a se desfazerem rapidamente de suas

solicitação, determinado este fato por dois fatores:

1) — Existência de remanescentes de gado gordo da safra pas-

boiadas, principalmente daquelas destinadas à especulação dos preços no período crítico citado. Diante do exposto, não temos dúvida em contestar a afirmativa da crítica de "alta considerável" da carne, motivada pela efetivação do armazenamento para a entressafra. Acrescente mencionar que a quebra de peso do boi gordo, de julho à novembro é em média de 2,5 arrobas, isto é, de 5 a 8 quilos por rês. Corresponderia ela, aos preços atualmente vigentes (1.600 a 1.800 por arroba na internada) a um prejuízo mensal da ordem de Cr\$ 750,00 a 800,00 por cabeça a partir do fim de junho. Estaria o internista disposto a este prejuízo sabendo da interrupção das matanças no período de outubro a novembro?

Quanto ao que o Plano de Estocagem encerra ou possa encerrar de desestímulo à engorda de bovinos para a seca, conforme a crítica assevera, só a ausência proposital de senso analítico do problema poderia permitir tal afirmativa. Numa região como a considerada neste caso, com os recursos climáticos e meteorológicos conhecidos, com as pastagens artificiais de que dispõe podendo por isso permitir estocagens apreciáveis como a do atual Plano e que deverão ser ampliadas no futuro, principalmente por força daqueles fatores climáticos de ordem cíclica, constituiria verdadeira anomalia econômica e estímulo à engorda de bovinos para a seca, engorda essa excessivamente cara e que, na falta de estoques frios de carne no período das "vacas magras", permitiria, como vem permitindo até hoje, a imposição de preços exorbitantes para esse tipo de boi gordo "temporão", exorbitância de preços essa que abrange também as reses carnudas ou magras. O melhoramento geral das nossas condições pecuárias jamais poderiam sofrer qualquer interrupção ou desestímulo por causa do presente Plano de Estocagem ou dos futuros que venham a

ser estabelecidos. A pressão, posição dessa possibilidade só ocorreria e as necessidades de sua evolução melhoradora.

9.º) Alegam os marchantes e abatedores, desaparelhados de instalações frigoríficas próprias, que o Plano de Estocagem, tal como foi traçado e aprovado, constitui ameaça à sua sobrevivência motivada pela paralisação das matanças para fornecimento de carne verde no período de distribuição da carne fria estocada.

A essa alegação diremos que, nesta época de intenso progresso tecnológico, impositivamente renovador e seletivo pela inelutável condição de sobrevivência de mais apto, não se poderia mais admitir a existência de estabelecimentos abate-

dores desprovidos de frio, nem o licenciamento de novas unidades desse tipo. Nem seria crível que providências de grandes reflexos benéficos ao bem geral do público e que poderiam afetar não aplicados, fossem postas a própria ordem social se à margem apenas para ressaltar o interesse financeiro privado de um grupo, numerilla, econômica e socialmente inexpressivo de pequenos industriais desatualizados tecnologicamente.

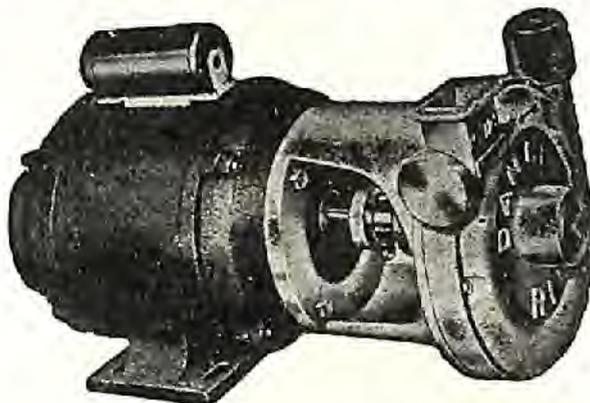
Ainda, aquela alegação merece outras contestações sobre o aspecto focalizado pela crítica:

1) — Diante da legislação trabalhista o empregador é obrigado a conceder férias anuais aos seus empregados. Todo e

BOMBAS HIDRAULICAS

DANCOR

INDÚSTRIA BRASILEIRA



CENTRIFUGAS

- Com motores elétricos monofásicos de 1/4 a 1 H.P. trifásicos de 0,75 a 5 H.P.
- Com motores a gasolina auto-aspirante de 1, 1/4 H.P. adaptação de 1, 1/2 a 5, 1/2 H.P.

A VENDA NAS BOAS CASAS
Fabricadas e garantidas pela

DANCOR S. A. INDÚSTRIA MECANICA

Caixa Postal, 5.000 — End. Teleg. "Dancor" — Rio de Janeiro

qualquer industrial sabe o quanto perturba o ritmo de sua produção o cumprimento dessa obrigação legal quando não haja possibilidades de férias coletivas. No caso vertente, da crítica ao Plano de Estocagem que imporia uma proibição de distribuição de carne verde de cerca de 45 dias, os marchantes e estabelecimentos atingidos por essa medida passarão a dispor da possibilidade de concessão de férias coletivas a todo o seu pessoal, com a paralisação do estabelecimento nesse período, possibilitando isso, também, uma revisão renovadora e de conservação de todo o conjunto material constitutivo da indústria.

II) — É tradicional na indústria abatedora de bovinos que o seu funcionamento na entressafra absorve acentuada percentagem dos lucros havidos na safra. Nestas condições, a eliminação total ou parcial das matanças na entressafra só poderá contribuir para melhor a situação dos abatedores atingidos pela medida suspensiva, muito embora a crítica julgue o contrário.

Diante do exposto conclui-se que, na pior das hipóteses, apenas durante uma quinzena coincidirá com a indústria impedidas de abate. Considerando que essa quinzena coincidirá com a pior época da entressafra, quase que podemos afirmar serem os prejuízos decorrentes dessa paralisação menores que aqueles resultantes do exercício do abate nessa ocasião. Isto para as empresas organizadas, subordinadas, em conse-

quência, a uma ética de procedimento comercial inevitável.

Os principais fatores que geralmente determinavam ainda esses prejuízos tradicionalmente normais na entressafra são os seguintes:

- a) — preços elevadíssimos do boi relativamente aos da safra;
- b) — compras geralmente efetuadas a *pêso calculado a olho*;
- c) — baixo rendimento industrial;
- d) — *pêso* da carcaça geralmente abaixo do previsto e pago;
- e) — fraqueza do gado e, por isso, maior percentagem de baixas que a da safra;
- f) — descarga e limpeza no tendal, das peças prejudicadas por contusões, menos frequentes no gado gordo

Essa contingência de prejuízos não deverá castigar durante 45 dias, portanto, industriais de carne verde.

Se considerarmos essa contingência por força da necessidade da manutenção da clientela, os frigoríficos estocadores já se prontificaram ao empréstimo da carne congelada necessária à sua satisfação e conservação.

Resta assinalar que o Sr. Ministro da Agricultura, tendo em vista uma melhoria gradativa do parque frigorífico armazenador do país, já encaminhou ao governo, projeto de lei que facultará condições excepcionais de facilidades a todos que desejem se aparelhar de frio industrial ou melhorar e ampliar as suas instalações já existentes.

10.º) — Prosseguindo estes comentários torna-se impositivo que se proclama a necessidade de, progressivamente de ano para ano, reduzirmos as matanças na entressafra, até interrompê-la totalmente naquele período entre os Matadouros Industriais, ocasião em que, de setembro a novembro, o mercado consumidor dos

grandes centros populacionais seus dependentes será abastecido de carne fria estocada na safra.

Dessa situação ideal resultarão os seguintes benefícios:

- a) — apresentação, ao consumo de carne de ótima qualidade nos meses críticos;
- b) — estabilização relativa do preço da carne durante o ano, evitando-se as flutuações violentas verificadas na entressafra;
- c) — anulação da perda de *pêso* do gado gordo nas pastagens à espera de abate e como consequência, maior rendimento das matanças com possíveis reflexos benéficos nos preços ao consumidor;
- d) — desocupação das invernadas de engorda em menor prazo, possibilitando sua mais rápida reconstituição e melhoramento para subsequente relotação e engorda menos demorada;
- f) — a estocagem programada para este ano e as subsequentes que deverão ser estabelecida em quantitativos paulatinamente crescentes até sua implantação total e definitiva no país, durante as entressafas, funcionarão como elemento educacional tanto da indústria como do consumidor, além de forçar o aperfeiçoamento necessário àquêle desideratum.

11.º) — Comentando o montante de 25.000 toneladas das para estocagem no presente ano, o Memorial da Associação dos Abatedores e Frigoríficos do Brasil Central considera excessivo aquêle volume diante dos abates efetuados na safra de 1961 pretendendo, demonstrar, mediante uma série complicada de comentários e cálculos a inviabilidade de serem conseguidas as rêsnes necessárias ao estoque preconizado.

Admite, finalmente, a possibilidade de sua formação através de uma antecipação de abates ou da redução de suprimento de carne na safra corrente. Sendo está última hipótese absolutamente inadmissível segue-se que a ser adotado E outro não foi o pesamento do G.T. quando, por força da determinação do Presidente da República, mantêve aquêlc quantitativo de 25.000 toneladas, cuja confirmação dependia apenas da existência de capacidade armazenadora fria nas zonas a serem beneficiadas.

Desde que nos últimos anos não houve deficit de carne no país lógico será que a estocagem estabelecida seja efetuada por antecipação de abates, pois que, com esse procedimento, defende-se também de perda de peso, o gado que deveria permanecer nas pastagens durante a estação seca até seu abate no período critico da entressafra.

Já em 1961, por levantamento efetuado pelo G. T., em meados de julho do mencionado ano, em 50 municípios apenas, existiam, nas invernações que abastecem S. Paulo e Rio, nada menos de 233.000 bovinos gordos.

Dêsse total, 13.000 cabeças aguardavam a entressafra para abate sob melhores preços, e 110.000 constituíam "encalhe" pois que não haviam sido absorvidas pelas matanças da safra, apesar da estocagem de 5.000 toneladas de carne que então se fazia.

Voltando aos nossos comentários de linhas atrás, verifica-se que aquêles bovinos retidos nas invernações perderam de julho a outubro, nada menos de 6.000 toneladas de peso prejudicando a economia do país e toneladas de peso, prejudicando a economia do país e a do consumidor que poderia haver gozado de preços menos elevados, como ocorreu aliás quando consumiu a carne então estocada.

12.ª. — Como já ficou assinalado neste trabalho, não é exato que os abatedores filiados à Associação dos



MISTURAS MINERAIS VITACAMPO

RM - 1	RM - 2
Contendo: Boro	Contendo: Boro
Bromo	Bromo
Cálcio	Cálcio
Cobalto	Cobalto
Cobre	Cobre
Ferro	Enxofre
Fósforo	Ferro
Iodo	Fósforo
Magnésio	Iodo
Manganês	Magnésio
Molibdeno	Manganês
Níquel	Níquel
Zinco	Zinco
Para: Aves — Suínos — Caninos — Carnívoros em geral.	Para: Bovinos — Equinos Ovinos — Caprinos — Ruminantes em geral.

Produtos de alta qualidade rigorosamente dosados para suprirem as deficiências minerais dos animais; alta concentração — 1 quilo das misturas minerais para 1 tonelada de ração ou 2 quilos por saco de sal grosso de 60 quilos. — Solicite maiores detalhes, escrevendo-nos.

"não fique em dúvida; consulte um médico-veterinário!"

LABORATÓRIO VITACAMPO S. A.
AVENIDA PRESIDENTE VARGAS, 534-2ª - RIO DE JANEIRO, D. F.

Abatedores e Frigoríficos do Brasil Central hajam sido contemplados com a quota para estocagem de apenas 4.000 toneladas.

Essa tonelage mencionada no Memorial daquela Associação, constitui tão somente a oferta, a este órgão le praça armazenadora fria para a citada quantidade, oferta, essa partida das

empresas constitutiva s do Sindicato da Indústria do Frio no Estado de S. Paulo.

A fixação final das quotas de estocagem às empresas que queiram participar da providência armazenadora - função do G. T. de que fazemos parte Os estudos para a determinação definitiva daquelas quotas, cujos pedidos ficaram inteiramente

ao alvitre de cada pretendente, está dependendo da entrega destes ao G. T., acompanhados das respectivas relações das matanças totais, efetuadas nos últimos três anos, mês a mês, ou apenas do período em que as entidades pretendentes funcionaram, e elementos da Associação autora do Memorial de que nos ocupamos.

13.º) — A alegação de que os varejistas não se acham preparados para o "maneio" da carne congelada não tem procedência pelos motivos seguintes:

I) — porque na sua grande e absoluta maioria os açougues e outros distribuidores de carne já dispõem de aparelhagem fria na proporção de suas necessidades, permitindo-lhes isso continuar, em boas condições o descongelamento da carne recebida;

II) — porque a entrega de carne congelada pelos frigoríficos aos retalhistas já vem se processando com mais cuidado que não passadas, fato esse existiu em ocasiões comprovado pela boa e plena aceitação das cinco mil toneladas estocadas de 1961, não tendo havido qualquer grito popular de descontentamento.

14.º) — Quanto aos comentários sobre o custo da armazenagem num prazo médio de 6 meses, só temos a aduzir que os preços, hoje, da carne nos tendais de S. Paulo são os seguintes:

para o Traz. Curto 160,00 k
para o Traz. Comum 140,00 "
para o Dianteiro 105,00 "

É necessário que se acentue todavia, que a finalidade da estocagem é aquela de assegurar carne ao público.

Quanto aos preços acessíveis desse produto, todos nós, consumidores temos nosso juízo formado a respeito desde que nesta plena safra de 1962, nos açougues do Rio, gram eles ao redor

MOTORES DEUTZ - DIESEL



Gal. Porfirio da Paz, Vice-Governador do Estado de São Paulo, quando discursava na solenidade de inauguração.

Foi inaugurado no Est. de São Paulo as novas instalações da Deutz do Brasil.

A cargo da Deutz do Brasil, além da venda dos motores da matriz alemã, está a venda dos motores Deutz-Diesel fabricados no Brasil.

Releva salientar, que a Deutz é a primeira e única empresa a fabricar motores Diesel refrigerados a ar, no Brasil.

A referida empresa, fabrica, também, trator Deutz-Diesel refrigerado.

A transferência da matriz da importante firma radicada no país para o Estado de São Paulo decorreu do fato, daquele Estado ser o maior centro industrial não só do país, como também, da própria América Latina.

de Cr\$ 240,00 a 170,00, respectivamente para a de 1.ª e de 2.ª.

15.º) — Sobre a preocupação com as possíveis sobras de dianteiro e do acúmulo de "miúdos" não poderíamos deixar de voltar a assinalar que da estocagem aprovada só deverão participar os que estiverem aparelhados para efetuar-la.

Acresce mencionar, entretanto que o nosso comércio de carne tem sofrido grande evolução melhoradora nestes últimos anos em relação à evolução do consumo adicional de dianteiros tanto devido à procura, hoje generalizada do "hamburger" como da proliferação dos chamados super mercados nos dois grandes centros a serem beneficiados.

Beneficiados pelo Plano de Estes estabelecimentos, na replicagem da carne para o preparo de seus "cortes" e "pesos" especiais, tornam impossíveis ao cliente a identificação anatómica dos mesmos motivando isto ma-

ior saída daquelas peças consideradas de qualidade secundária.

16.º) — Não poderíamos deixar sem comentário o fato de que o consumo conjunto do Rio e São Paulo permanecer nas bases de hoje — 6.500 toneladas por semana, aproximadamente — a estocagem de 25.000 toneladas só cobrirá o suprimento dos mencionados mercados durante cerca de 1 mês, no máximo, devendo essa eventualidade reduzir as proenunicações dos abatedores e comerciantes de carne verde.

Restá apenas dizer que o Plano de Estocagem sujeito às críticas que analisamos, foi aprovado elogiosamente pela Confederação Rural Brasileira, órgão de cúpula que abrange e reflete o pensamento de toda a nossa organização rural.

Rio, 21 de março de 1962
Júlio Cezar Covelo
Presidente do G. T. de Estocagem de Carnes.

Problemas de Educação Florestal

"Semana da Arvore" em substituição ao "Dia da Arvore" e "Cruzada Brasileira de Educação Florestal", em substituição a "Campanha de Educação Florestal" e a "Campanha das Arvores".

Eng. Agr. Geraldo Goulart da Silveira
Prof. de E.H.W.B.

O Grupo de Trabalho instituído pelo Memorando Presidencial n.º M.A.-42, de 5 de abril de 1961, integrado pelos engenheiros agrônomos Victor Abdenur Farah, David de Azambuja, Marcos Antônio Inglês de Souza, José Paulo da Silveira Cabral, pelo engenheiro arquiteto José Afonso Soares e pelo educador Colombo Etienne Arreguy, todos técnicos de reconhecida capacidade, apresentou ao Sr. Presidente da República em maio do ano passado um magnífico relatório, abordando o problema florestal brasileiro sob todos os prismas.

Estudando o problema da educação florestal, houve por bem o Grupo de Trabalho propor, com muito acerto, a instituição da *Cruzada Brasileira de Educação Florestal*, em substituição à Campanha de Educação Florestal, do Ministério da Agricultura e à *Campanha das Arvores*, do Ministério da Educação e Cultura, a fim de que possa ela somando os esforços e os recursos das duas Campanhas prosseguir, com maior ênfase, as atividades educativas florestais que elas, com idealismo, tenacidade e persistência já vinham desempenhando.

Propôs, ainda, a instituição da "Semana da Arvore" a ser comemorada congnadamente em todo o país, em substituição ao "Dia da Arvore", a fim de que, anualmente, não seja o tema florestal abordado em tôdas as escolas, clubes, etc., com solenidades festivas apenas em um dia, mas durante tôda uma semana, a exemplo com o que ocorre com a

"Semana da Criança", a "Semana da Asa", a "Semana da Pátria" e outras.

Tendo em vista, ainda, as características fisiográfico-climáticas do país, sugeriu ainda o referido Grupo de Trabalho, com objetividade, que a Semana da Arvore não fôsse comemorada na mesma época em todo o país.

Assim é que, sugeriu duas épocas distintas para a comemoração da Semana da Arvore no país:

a — última semana do mês de março, para as comemorações nos Estados do Amazonas, Pará, Maranhão, Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Alagoas, Sergipe e Bahia, Territórios do Amapá, Amapá, Rio Branco e Rondônia, e os Estados de Goiás, Mato Grosso e Acre.

b — última semana do mês de setembro para as comemorações nos Estados do Espírito Santo, Rio de Janeiro, Minas Gerais, Guanabara, S. Paulo, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul e no Distrito Federal.

Adotado tal critério, a *Semana da Arvore* coincidirá, em cada região do país, com a época mais favorável para o plantio de mudas.

Como tão bem acentua o importante documento apresentado ao Sr. Presidente da República, a *Semana da Arvore* terá como objetivo:

"a difusão e o esclarecimento público para

a importância das árvores na vida humana e no progresso dos países.

Atribui o citado relatório à *Cruzada Brasileira de Educação Florestal*, como uma de suas atribuições, incentivar a comemoração da "Semana da Arvore que deverá constar de:

a — participação dos estudantes dos cursos primários, médio e superior em palestras nos educandários oficiais e particulares. Os alunos dos cursos de nível superior farão palestras em estabelecimentos de nível médio e os alunos deste nível, nas escolas primárias estaduais e municipais, com o duplo objetivo: o educacional, de incentivo e dedicação ao problema florestais que os estudantes irão despertar; e o pedagógico, de aspecto exclusivamente didático, com o fim de despertar o interesse dos alunos na aprendizagem da linguagem falada e escrita;

b — realização, nas escolas de todos os ciclos, de concursos de composições escolares, literárias e artísticas, com prêmios concedidos por personalidades ou entidades dos próprios locais;

c — plantio e cultivo de árvores em terrenos do estabelecimento escolar ou próximo a este (rua, praça, estrada, etc.);

- d — excursões e visitas a hortos e parques próximos da escola, acompanhados de professores ou técnicos, que darão aulas sobre temas florestais;
- e — realização, nas escolas, de sessões cívicas, com dramatizações, declamações e palestras alusivas à árvore, com a participação das famílias dos alunos, intelectuais e autoridades;
- f — visitas de intercâmbio e troca de experiências entre uns e outros estabelecimentos de ensino”.

Como se verifica, são muito interessantes, oportunas e objetivas as recomendações do relatório ao abordar o problema florestal brasileiro, ao que diz respeito à instituição da *Cruzada Brasileira de Educação Florestal* e da *Semana da Arvore*.

Precisamos dar aos problemas florestais a importância e o relêvo que eles bem merecem.

Reveia salientar que a Sociedade Nacional de Agricultura sempre colocou num elevado plano o problema florestal brasileiro, tendo realizado, recentemente, antes da instituição da Campanha de Educação Florestal, um inquérito de âmbito nacional sobre a “*Situação Florestal Brasileira*”, coordenado pelo saudoso engenheiro agrônomo Itagyba Barcante.

Na Escola de Horticultura Wenceslão Rello, que ela, desde 1908 mantém na Paraíba, sempre o problema florestal mereceu especial atenção não só com o ensino da “*Noções de Silvicultura*” nos cursos profissionais, como a realização dos Cursos Práticos Agrícolas sobre “*Reflorestamento*” e “*Plantio de Essências Florestais*”.

Aguardemos, pois, que tudo quanto de bom, útil oportuno e objetivo sugeriu o citado Grupo de Trabalho seja em breve posto em prática e que se consiga incutir em todos os brasileiros a mentalidade florestal que tanto carecemos.

Adubos



fortificam as terras fracas



Dep. Prop. CADAT

UMA FÓRMULA PARA CADA CULTURA - SOLICITE FOLHETOS
E INFORMAÇÕES GRATUITAMENTE
CADAT CIA. INDUSTRIAL DE SABÃO E ADUBOS
Agentes exclusivo do Salitre do Chile para os
Estados da Guanabara, do Rio e Espírito Santo
Rua México, 111 - 12.º andar (Sede própria)
Caixa Postal. 875 — Telefone: 31-1850-rêde interna

(Conclusão da pag. n.º 31)

reta da mesma. Daí a razão de termos sugerido que os dois técnicos do SSR fiquem em contacto permanente com a Liga Camponesa que será, em Sapé, o ponto central para onde convergirão, naturalmente, todas as medidas que o governo pretende adotar naquele município.

Sr. Presidente, A sugestão feita no sentido do C. R. de Paraíba, vem trabalhando efetivamente em outras áreas daquele Estado, ainda não agitada pelos problemas sociais. Deve-se ressaltar a boa vontade e a disposição dos dirigentes do C. R. da Paraíba; de seus funcionários e dos seus Técnicos, para realizarem efetivamen-

te, o Serviço Social Rural em todo o Estado.

Sr. Presidente, Ao apresentar este Relatório, à consideração de V. Excia. e do Conselho Nacional, temos a satisfação de ter feito tudo aquilo que a nossa consciência de cidadão brasileiro ditava, desculhando-nos também por não podermos haver apresentado um trabalho melhor, pelo fato de termos as nossas limitações intelectuais. Sentimos, pelo menos, a consciência de havermos, nesse passo, cumprido o nosso dever. Expressamos aqui o nosso sincero agradecimento pela confiança em nós depositada por V. Excia.

Rio de Janeiro, 10 de maio de 1962

O Panorama rural, as cooperativas e seu âmbito de ação

Fábio Luz Filho

Como já o acentuamos em artigo anterior, e em livros o atual dispositivo da lei brasileira pertinente à área de ação das cooperativas, foi sugestão feliz do saudoso cooperativista brasileiro, José Saturnino Brito. Alma pura de vexilário, bravo torneador e combativo, polemista, integrou, com Sarandy Raposo um grupo dinâmico de valorosos pioneiros de boa nova, imbuídos num espírito pugnaz de cruzados grupo que procurou, denodadamente, aclarar mentalidades enfiadas de fórmulas econômicas contornáveis.

Já vimos no artigo anterior os conceitos de *Gide* sobre a impostergabilidade da norma atinente ao caráter local das cooperativas em geral, notadamente as de crédito agrícola, o qual deve ser pessoal, veiculado por estabelecimentos locais, os únicos capazes de conhecer as necessidades e a solvabilidade dos agricultores ministrando-lhes crédito acessível barato e controlado.

Estão surgindo no Brasil cooperativas, sobretudo de crédito, que são latitudes excessivas às suas respectivas áreas de ação a ponto de abarcarem Estados inteiros ou, num elastério suspenso (crédito operado à distância, num espírito capitalístico), a numerosos municípios, localizadas suas sedes nas capitais em felina tentativas de encontrar a lei e os princípios técnicos e ideológicos que as embasam universalmente.

Dentro do princípio federalista espinha dorsal do

sistema cooperativo, e da letra e justo espírito da lei brasileira, o próprio *Serviço de Economia Rural* e o *Centro Nacional de Estudos Cooperativos* já fizeram sentir, um pela palavra de sua assistência jurídica e, outro, pelos seus técnicos, a incongruência e a subversão a que essa prática implica.

As exceções existentes correm por conta desse conhecido tergiversar e contrabater de hermenêuticas; desses "usos inveterados, ou praticar consuetudinárias", condenáveis e comuns nos domínios político e burocrático, dado o cerco dos interesses particularistas os quais levam, tantas vezes, ao agrilhoamento da lei, já dirrupção de princípios consagrados e até a subversão do bom-senso (com certas dirimentas pelas contingências do meio) e para gáudio de falsos cooperativistas azougados.

Já fizemos sentir que é de conhecimento elementar, a conveniência de serem as áreas de ação estabelecidas dentro de circunscrições em que todos se conheçam, em que o contacto dos associados possa ser frequente; em que o intercâmbio de espírito se possibilite com facilidade pelo encontro cotidiano; em que, finalmente, tudo contribua para uma pronta orientação sobre a marcha das operações das próprias cooperativas. As áreas demasiadamente grandes são sempre, em princípio, contra-indicadas.

Em nosso livro "Teoria e prática das sociedades cooperativas" esclarecemos que

o legislador quis, com a definição do artigo 11, pôr cõro ao indefinido da lei 22.239, que poderia dar lugar a confusões, transtornos e abusos; quis que a lei refletisse a doutrina, de vez que constituem pilares do êxito e da sobrevivência de uma cooperativa a contribuição pessoal, a vigilância, o conceito contínuo entre associados, para que bem se conheçam, facilitem o critério da composição dos órgãos administrativos, a outorga do crédito, etc. Todas as condições de ordem democrática que envolvem o mútuo conhecimento e o mútuo entendimento, desaparecem em áreas de ação mui vastas. Além disso, há os aspectos técnicos, de produção comercializável que considerar, a prestação de serviços eficientes a preços módicos, uma das razões precípua da cooperativa, que não é casa de filantropia ou caridade, ou sociedade capitalista agindo à distância reduzida ao núcleo privilegiado da sede para uma gestão nunca renovada, ou nunca sofrendo a fiscalização de seus pares, etc. Só excepcionalmente, como temos feito, em face de nossas condições de mesologia, têm sido admitidas áreas fora dessa liama conceituada, em cooperativas de culturas típicas como o cacau, o café, a cana, etc. e no domínio pastoril, dentro de nossa realidade latifundiária.

Tudo que transcende aquêlê justo critério, é condenável, é distorção e overção, é emanquecer o sistema, é má-fé ou leiguice.

Em livros, e mesmo destas colunas, já expusemos o conceito de *Munding* e outros, e recentemente, o de *Warbasse*: o requisito essencial da democracia é que as pessoas se conheçam bem uma a outras, as que agem em comum devem conhecer-se bem o que envolve contactos de vizinhança e relações pessoais, a solidariedade vicinal. As únicas pessoas que podem atuar democraticamente são as que se reúnem em tertúlias reduzidas, para debates mais incisivos, melhor troca de

expressão livre de idéias. As cooperativas primárias, quando acaso se lipetrofiem, por contingências de meio, devem adotar o critério das assembleias seccionais e o sistemas das delegações.

Repitamos que são as cooperativas rurais, indubitavelmente, fatores de progresso técnico e de bem-estar. Instrumentos de organização econômica e disciplina profissionais. São excelentes centros de vida moral e de educação geral, células de um novo tecido social que constitui e prolonga a coesão e os sistemas de proteção coletiva, o espírito de corpo que os laços de família, as relações de vicinagem e as tradições de auxílio mútuo mantinham nas antigas comunidades europeias. Vão elas, aos poucos, criando uma nova mentalidade nos meios rurais tipicamente brasileiros, em que o caboclo matuto na expressão de *Oliveira Viana*, como fruto da ambiência latifundiária, nunca sentira com acuidade a necessidade efetiva da "aldeia" ou da "tribo", não "sentindo" como o cidadão da "cidade" grega ou o burguês da "comunidade" medieval, a sua pequena comunidade local, perdido nos sem-fins das sessões, nos grandes vazios demográficos em condições de vida infra-humana, adstrito aos mutirões, as "vaquejadas" e aos "rodeios" como expressões primárias de solidariedade voluntárias, sem a "solidariedade da aldeia", ou "solidariedade da tribo", dentro apenas de uma solidariedade parental e gentilica.

ANUNCIE

EM

"A LAVOURA"

COMPANHIA SIDERURGICA BELGO MINEIRA

SEDE SOCIAL: SABARÁ — MINAS GERAIS

USINAS SIDERURGICAS EM ABARÁ E

JOÃO MONLEVADE

—|||—

ESCRITÓRIO CENTRAL:

Avenida Afonso Pena, 981 — 3.º Andar

Enderêço Telegráfico: "BELGOMINAS"

BELO HORIZONTE

—|||—

ESCRITÓRIO CENTRAL DE VENDAS:

Avenida Nilo Peçanha, 26 — 4.º andar

Enderêço Telegráfico: "BELGOMINAS"

RIO DE JANEIRO

—|||—

AGENCIA EM SÃO PAULO:

Rua Libero Badara, 293 — 12.º Andar

Enderêço Telegráfico: "BELGOMINAS"

SÃO PAULO

Normalmente, o círculo de nossa simpatia "ativa" não vai, com efeito, além da solidariedade "clã", disse "Oliveira Viana", o que, lentamente vai sendo substituído pelo didimo senso gregário, que é da própria essência do cooperativismo e que se acrisolará com um trabalho seguro e bem orientado de educação cooperativa, o que só pode estar em função de uma tomada de consciência do movimento brasileiro ou pela ação supletiva do Estado, movimento êsse ainda em fase de encipiência e, conseqüentemente ainda sem uma noção precisa do caráter imperativo dessa educação cooperativa, regra de ouro.

"La cooperación en si misma constituye, en nuestro mundo un método real y viviente de educación económica y social"

O ilustre professor luso, "Henrique de Barros" disse muito bem que as cooperativas agrícolas agrupam principalmente empresas familiares, cuja receita líquida não se deva considerar como um lucro propriamente dito, já que não se destina a retribuir um investimento de capital, mas, sim, a remunerar o trabalho do empresário e sua família.

"Aderindo a uma cooperativa, uma empresa familiar es, para evidentemente avolumar os seus créditos, mas não pretende afinal outra coisa senão melhorar o padrão de vida do

agregado familiar". A adesão a uma cooperativa vem criar hábitos de solidariedade, suscitar deveres de reciprocidade de serviços, elevar em suma o pequeno empresário agrícola a um nível de direito e obrigações e a um plano de preocupações superiores aos que lhe são habituais, dêle fazendo em vez de um ser que ganha mal o seu pão de cada dia, um homem solidário de outros homens e com êste partilhando interesses e esperanças.

E o quadro acima tão bem debuxado só se poderá tornar fecundamente efetivo em circunstâncias limitadas.

No Sul do Brasil, onde se acentuou o fluxo da corrente imigratória européia e, posteriormente, asiática (japonesa), o panorama já tem outros contornos.

Já tivemos oportunidade de fisar que lutamos com o problema, de toda a América Latina, da falta de cultura econômica do povo. Condições econômicas, influências dispare de ordem sociológica e mesológica, não podem deixar de dar cores distintas ao mundo latino-americano, e disse o movimento cooperativo teria de se ressentir, com raízes num substrato cultural tão diferente do europeu, mas que uma ação de catequese vai, lenta mas seguramente, vencendo.

Já fizemos também sentir, em trabalho elaborado a pedido de "Fabra Ribas" (para divulgação nos países de língua espanhola e inglesa) que houve, na maioria dos países latino-americanos um crescimento demográfico econômico feito sem uma ordenação lógica; um caldeamento de raças que operou em tumulto; um desenvolvimento político-econômico cheio de percalços, sobressaltos, pontos altos e pontos baixos, lutas intestinas, num regime latifundiário como corolário do sistema da colonização adotado pelos descobridores; uma corrente imigratória que preferindo, no Brasil, o Sul do País, estabeleceu um desenvolvimento econômico em relação ao Norte, Centro-Oeste e Nordeste, fenômeno tornado agudo pela industrialização daqueles Estados sulinos.

CARUNCHO

LEITÕES DE PEDIGREE, CRIADOS NA ESCOLA DE
HORTICULTURA WENCESLÃO BELLO, PEDIDOS
À CAIXA POSTAL, 1245 — RIO DE JANEIRO
ESTADO DA GUANABARA

APRESENTADAS AO I. B. C., MEDIDAS EM FAVOR DOS PORTOS DE NITERÓI E ANGRA DOS REIS

O Estado do Rio de Janeiro, por intermédio de seus representantes na Junta Administrativa do I. B. C., Francelino França, representante dos Cafeicultores e Lício Araújo, representante do Governo do Estado, tendo tomado conhecimento de que estaria em estudo, a aquisição de cafés somente localizados na praça do Rio de Janeiro, deslocando, assim, os estoques existentes em Niterói e Angra dos Reis, com todo o empenho, solicitou do Presidente da Autarquia a fineza de, se confirmada a informação, reexaminar o assunto, desde que tal providência viria, inegavelmente, trazer sérios prejuízos àqueles Portos Fluminenses.

Cabe, ainda esclarecer, que o Governo do Estado está prestigando, ao máximo, o desenvolvimento daqueles Portos, quer através de isenção de impostos, quer procurando melhorar as vias de acesso ou mesmo providenciando o reaparelhamento daqueles escaadouros, medidas que seriam neutralizadas, se não pudessem contar

com a estreita colaboração desse prestigioso Instituto.

O Estado do Rio de Janeiro é também Estado produtor de café e o porto de Niterói é o escoadouro natural da safra Fluminense.

É lamentável que o porto de Niterói só tenha surgido em consequência do impasse decorrido no tocante ao V/C com a Guanabara, pois até então a lavoura Fluminense era tributária do mercado do Rio, porém, agora que Niterói é um porto exportador devidamente aparelhado, não pode ficar fora dos benefícios que possam ter os portos do Rio e Vitória.

A remessa do café Fluminense para outro mercado que não Niterói, onera o produto em cerca de 100 cruzeiros por saco, no tocante à despesa para embarque, além de um seguro imposto de V/C no Estado produtor e mais o imposto de 1% ad valorem da Guanabara.

Quanto a informação de que Niterói recebe café de todas procedências, inclusive do Paraná, êste é também o caso dos portos de Santos e Rio de Janeiro.

PREFERÊNCIA ABSOLUTA DO ASFALTO NA PAVIMENTAÇÃO DE RODOVIAS

Segundo informação divulgada pelo Instituto de Asfalto dos Estados Unidos, recentemente publicada pelo "Journal Of Commerce", de Nova York, a quilometragem de estradas de rodagem pavimentadas a asfalto, existentes naquele país, quase que dobrou desde o fim da Segunda Grande Guerra. Efectivamente, a pavimentação asfáltica, que totalizava 387.596 quilômetros de estradas, em 1945, ascendeu a 765.528 quilômetros em 1959. O aumento registrado na pavimentação a asfalto de estradas de primeira categoria, foi ainda mais impressionante naquele período, passando de 109.192 para 394.364 quilômetros, o que reflete crescente popularidade desse moderno e econômico tipo de revestimento rodoviário.

Comparativamente, continuou decrescendo, de forma sensível, o total de quilômetros de estradas de rodagem revestidas com cimento. Enquanto em 1942, esse total atingia a 153.184 quilômetros, em 1959 baixava para 106.683 quilômetros apenas, mesmo a despeito de haverem sido feitos novos revestimentos de rodovias com cimento que atingiram a 40.000 quilômetros de extensão.

Conclui-se, pois, que muitas rodovias anteriormente pavimentadas a cimento tiveram esse revestimento substituído por asfalto.

Carne de Galinha

alimento de alta digestibilidade

O valor nutritivo das carnes de aves, especialmente as de galinhas, é equivalente, senão superior, ao das carnes de bovinos. É um erro generalizado julgar que as carnes de aves são próprias para doentes.

Os números revelados (Tabela de Composição Química dos Alimentos, SAPS) para as carnes magras de bovinos e galinha são os seguintes (para 100 gramas de qualquer delas): **Bovinos** — proteínas, 21%; calorias, 116; gorduras, 3%; cálcio, 0,012 g; fósforo, 0,224 e ferro, 3,20; **galinhas** — proteínas, 21,30%; calorias, 149; gorduras, 7,10%; cálcio, 0,002; fósforo, 0,200 e ferro 1,90. Mesmo com níveis inferiores de elementos minerais (exceção praticamente do fósforo), a carne de galinha mostra-se superior à dos bovinos, quanto ao aspecto registrado.

Em alguns países, como nos Estados Unidos, a carne de galinha representa substancial fonte de proteínas para a alimentação. O consumo anual "per-capita", naquele país, já alcança 15 quilos por ano. No Distrito Federal, o consumo anual é inferior a um quilo, e este baixo consumo deve-se naturalmente, ao conceito generalizado de ser a carne de galinhas mais indicada para pessoas idosas ou doentes. Ao contrário, a carne de aves pode e deve ser consumida em qualquer idade, pelo menos uma a duas vezes por semana, em lugar das carnes vermelhas (bovinos, suínos), em vista do seu valor nutritivo e sua digestibilidade.

NASCIMENTO DESIGUAL DA BATATINHA

O nascimento desigual da batatinha está intimamente relacionado com a precocidade de brotações da variedade, a época de plantio e o estado de brotação com a batatasemente. Existem variedades, como, por exemplo, é "Vorán", cuja brotação é lenta e desuniforme, inicialmente. Tubérculos com esse característico devem ser guardados por um período de tempo mais longo, a fim de seus brotos atingirem um desenvolvimento mais igualado. A época de plantação também influi sobremaneira, pois não encontrando as batatasementes umidade suficiente no terreno, o nascimento se dá desuniformemente.

Um dos modos eficientes de corrigir a desuniformidade de nascimento é submeter os tubérculos à ação do frio, durante um ou dois meses, à temperatura de + 3 a 5°C e 85 a 90% de umidade. Isso requer, porém, câmaras de grandes dimensões e fáceis de serem reguladas à temperatura e à umidade desejadas.

Escola de Horticultura Wenceslão Bello

Fundada em 1899

Mantida pela Sociedade Nacional de Agricultura, no antigo Horto Frutícola da Penha.

VENDA DE MUDAS E PLANTAS

A Escola pode fornecer as seguintes plantas:

Citrus (diversos), Genipapo, Graviola, Jaboticaba, Mangueiras (diversas), Abriçó, Abacate, Cereja do Rio Grande, Ameixa, Jambo Vermelho, Ata do Ceará.

Além de fruteiras, tem mudas de Oiti, Acacia, Clitória, Flamboyant e outros.

Abatimento de 20% aos sócios da Sociedade Nacional de Agricultura.

Rua Comandante Vergueiro da Cruz, 480 ou Av. Brasil, K. 10. Telefone 30.1433.



*- falta de chuva
não é mais
problema -*

controle a sêca com
**MOTO-BOMBAS
 MONTGOMERY**

Para muitos a sêca é problema, pois das boas chuvas dependem as boas safras. Mas, para quem usa as **moto-bombas MONTGOMERY**, não há sêcas nem más colheitas. Faça chover a qualquer hora, com as **MOTO-BOMBAS MONTGOMERY**, o absoluto contrôle do tempo.

- baixo custo
- fácil manutenção
- fácil instalação
- durabilidade
- assistência técnica



Equipadas com o
MOTOR MONTGOMERY
 um motor com saúde de ferro

3 VÊZES GARANTIDO:

- na assistência técnica!
- no fornecimento de peças!
- na qualidade!

Fabricadas pela

CIA. INDUSTRIAL SANTA ÂNGELA - CISA

R. Florêncio de Abreu, 36 - 12.º and. - Cx. Postal 275 - Fone: 37-8571 - End. Tel. "Cocito" - São Paulo
 Representantes

COCITO IRMÃOS - TÉCNICA E COMERCIAL S.A.

R. Mayrink Veiga, 31-A - Cx. Postal 1564 - Fone: 43-6055 - End. Tel. "Itapoan" - Rio de Janeiro

À VENDA NAS BOAS CASAS DO RAMO

Garanta desde já
o transporte de suas aves e ovos!



Reserve imediatamente seu **CHEVROLET**

COMPRA AGORA SEU CHEVROLET... E VENDA SUAS GALINHAS E OVOS ONDE E QUANDO QUISER!
Potente e robusto, CHEVROLET transporta mais cargas com menos gastos... Chevrolet roda sem parar, na estrada e também na fazenda, transportando pessoal, rações e a criação. O caminhão Chevrolet é o melhor investimento que V. pode fazer já para sua fazenda!

NÓVO CHEVROLET 3 PORTAS - VEÍCULOS DE DUPLA-UTILIDADE



2 veículos num só - ao mesmo tempo, elegante carro e potente veículo utilitário! Sua caçamba transporta até 750 quilos de carga... e na cabina, de 3 portas, 6 pessoas viajam folgadamente!

PICK-UP CHEVROLET PARA SERVIÇOS AUXILIARES

Facil de manobrar, agil e robusto, é o veículo mais pratico e econômico para serviços auxiliares. Ideal para transporte de ferramentas, pessoal ou encomendas de qualquer volume até 750 quilos!



VISITE O QUANTO ANTES O CONCESSIONÁRIO CHEVROLET DESTA CIDADE E CONHEÇA O NOTÁVEL CAMINHÃO CHEVROLET

UM PRODUTO DA

GENERAL MOTORS DO BRASIL S.A.

